

EM TEMPO.

Quinzenário Nacional • Nº 124 • Ano IV • De 12 a 25 de março de 1981 • Cr\$ 40,00

ESPECIAL

A cobertura completa do julgamento que o mundo inteiro condenou. E mais,

FALLA LULLA

Duas horas de entrevista exclusiva
com Luiz Inácio da Silva

O MAIOR LÍDER OPERÁRIO
DA HISTÓRIA DO PAÍS CONDENADO
COMO CRIMINOSO DE GUERRA
PELO GOVERNO DA "ABERTURA"

Política

Abertura 81: duas portas estão escancaradas

Ou o Palácio do Planalto ou a cadeia

No sorriso largo do deputado Nelson Marchezan, eleito para a presidência da Câmara, por uma larga margem de 37 votos após uma tensa disputa com as oposições, a convicção de que a abertura continua. A imagem de Lula e de outros 10 sindicalistas, condenados a um total de 30 anos de cadeia, deixando a prisão enquanto aguardam momentaneamente um recurso ao Supremo Tribunal Militar faz lembrar que a ditadura esta de pé.

Definitivamente, estamos em um país dos absurdos onde "os urubus passeiam entre os girassóis", diria um poeta tropicalista. O governo errou, observaria um analista das manobras da ditadura, ao fazer coincidir a eleição da presidência da Câmara com o julgamento dos sindicalistas, pois as condenações poderiam radicalizar o voto das oposições e fortalecer o clima de derrota do candidato governista.

No entanto, a coincidência dos dois eventos, certamente fruto da vontade do governo, o favoreceu. A disputa da Câmara galvanizou as oposições no parlamento, despertou a atenção da imprensa e da opinião pública, vendendo-se a imagem de que o general Figueiredo, apesar de tudo, quer implantar a democracia. No contraponto, a condenação dos líderes operários, e a imagem de que o governo é duro para com os radicais, os intransigentes, que não respeitam as leis e tumultam o processo de abertura. Pois estes, como afirma a conservadora revista *Veja*, têm de pagar a "amarga conta da greve".

Alguns dias depois, a lição viria claramente exposta em um longo balanço da gestão do governo em 1980 apresentado por Figueiredo. Depois de criticar a intransigência das oposições no ano passado e dizer que a negociação é indispensável para a continuidade da abertura, Figueiredo pergunta ameaçador: "sabemos corresponder a isso? Só o futuro o dirá".

Ou o Palácio do Planalto ou a cadeia

O governo começa o ano na ofensiva, quer dar as cartas do jogo e encurralar os partidos da oposição burguesa, utilizando as suas contradições, o fato de serem oposições parlamentaristas, de não confiarem na mobilização popular como forma de se constituir uma alternativa à ditadura. E abre o jogo: vocês querem eleições em 82. Mais que isto: vocês dependem delas para ter possibilidade de acesso a fatias do poder. Sem elas vocês não são nada. Então, sejam responsáveis, façam oposição mas não contestem o governo, negociem sempre e evitem confrontos conosco.

Tem início o jogo da conciliação. Na mesa, os temas escolhidos pelo governo, a lei dos Estrangeiros, as prerrogativas do parlamento, a reforma das regras das eleições de 82. O governo não cogita de por abaixo a Lei dos Estrangeiros que ele próprio fez aprovar no ano passado com os protestos de toda a oposição; quer apenas suavizá-la. E o ministro Abi-Ackel faz progressos nas negociações com D. Luciano Mendes, secretário geral da CNBB, para encontrar uma solução de compromisso. Não pensa também em restabelecer os plenos poderes do Parlamento, aumentar o seu poder de fiscalização do Executivo, consagrar a imunidade parlamentar e acabar com a possibilidade de aprovação de projetos por decurso de

Sorrisos brilhantes de Marchezan no Planalto e ranger de dentes dos sindicalistas no DOPS. Urubus passeiam entre girassóis. É a lógica maquiavélica da abertura.



Marchezan festeja o sucesso na cooptação da "oposição"

prazo. Quer que as oposições conciliem, cedam e se contentem com algum grau de imunidade parlamentar como já propõe o senador Jarbas Passarinho (sobre os parlamentares continuaria a pesar a Lei de Segurança Nacional).

E não há dúvidas que o espírito da conciliação com a ditadura tem progredido. Para obter os seus 224 votos, Nelson Marchezan, o candidato do governo, obteve no mínimo 19 votos de parlamentares que não pertencem ao PDS. Como a votação foi secreta, não se sabe ao certo quem aderiu mas há indicações. Do PP: teria sido firmado um acordo entre o governo e a cúpula do partido do qual teria participado o deputado Magalhães Pinto; além disso, é certa a adesão da bancada chaguista já que o governo dois dias após a eleição de Marchezan liberou uma verba de 27,5 bilhões de cruzeiros destinados ao prosseguimento da construção do metrô carioca, obra decisiva para a popularidade do governador Chagas Freitas e seguidores. Do PDT: o apoio de deputados deste partido a Marchezan teria sido negociado em função da aliança com o PDS em dois Estados (Pernambuco e Rio Grande do Sul) para a eleição da direção da direção das Assembleias Legislativas. Do PMDB, finalmente, teria vindo a adesão de alguns poucos parlamentares cooptados por subornos e pressões pessoais.

De outro lado, a reação destes partidos de oposição à condenação dos sindicalistas foi reveladoramente tímida e moderada. Tanto na fala de Tancredo Neves ("a culpa não é dos juizes e sim da lei draconiana que eles aplicam) como na nota oficial do PDT que fez questão de assinalar que a "Justiça seja comum, do Trabalho ou Militar merece todo o respeito" aparece a postura de isentar de culpa a ditadura e suas instituições. Mas, talvez, mais reveladora de que o campo da conciliação começa a ser demarcado, seja a polêmica envolvendo o PP e Dom Pedro Casaldáliga (ver ao lado).

O sorriso cínico da abertura

Enquanto sopra o espírito da conciliação, o governo continua reprimindo firmemente a oposição popular e os oposi-

cionistas mais combativos, através da Lei de Segurança Nacional (ver página 4).

Mas, sem dúvida, de longe a mais importante medida — com significações históricas inclusive — é a condenação de Lula e dos demais líderes do ABC. Ela é a mais forte retaliação desferida pela ditadura nos últimos anos sobre a combatividade operária, sobre o que há de melhor no sindicalismo brasileiro, que em 1979 arrastou mais de três milhões de trabalhadores à greve por melhores condições de vida e em 1980 resistiu heróicamente 41 dias na greve do ABC. Além disso, é o mais profundo golpe contra o PT, partido que encarna no plano político a combatividade dos trabalhadores, os anseios de profundas mudanças na sociedade brasileira.

O mais importante, porém, é constatar que à ditadura não interessa um fechamento político global que impeça toda forma de oposição, porque ela sabe que isto só faz com que toda insatisfação popular se radicalize, se volte com fúria redobrada sobre o regime. E nem lhe convém uma abertura democrática que permita o fortalecimento do sindicalismo combativo, dos movimentos de reivindicação popular e, mais ainda, de um partido político que lute por um novo governo respaldado nos anseios da maioria da população.

Para reprimir os canais de organização

dos trabalhadores é preciso abrir até certo ponto os condutos de crescimento da oposição moderada e parlamentar. Para evitar que a repressão ao movimento popular faça crescer a ilegitimidade do governo é preciso criar o senso comum de que a democracia está sendo construída. Do mesmo modo, para abrir os canais da participação política — mesmo ao nível parlamentar — é preciso isolar os que contestam mais a fundo o governo, aqueles que trazem para o plano político a crescente insatisfação popular com a carestia, o desemprego e a exploração.

Quanto mais avançada esta conciliação, mais espaço terá o regime para reprimir a organização do povo trabalhador, qualificando sempre suas lideranças de radicais e incoerentes. Enquanto mais se enfraquecer o movimento popular, maior será a chance de crescer a conciliação.

Neste jogo da ditadura, lhe é fundamental a postura conciliatória dos partidos de oposição burguesa, capaz de manter o equilíbrio do avanço simultâneo de uma certa liberalização parlamentar e da repressão ao movimento popular. Pois para que o charmoso sorriso de Marchezan continue brilhando, é preciso que estas oposições não façam questão de princípio sobre fatos, como a condenação de Lula e seus companheiros, assim como outras medidas repressivas que decerto virão.

Tancredo versus Casaldáliga

Ou como o PP já faz coro com o governo nos ataques à igreja progressista

Os setores conservadores da Igreja tem feito coro à pressão do governo no sentido de que o clero e as comunidades eclesiais de base devam se manter afastadas do engajamento na política partidária. Na XIX Assembleia dos Bispos do Brasil, D. Pedro Casaldáliga refutou este ponto de vista apresentando um documento com o nome de "Sugestões para atuação pastoral na política partidária".

O bispo do Araguaia lembra que "antigamente se aceitou que a Igreja mexesse com o social, mas não o político. Agora se aceita que a Igreja mexa com o político mas não com o político partidário. Mas, reconhecer que a Igreja pode agir na política, mas não na política partidária, seria o mesmo que reconhecer que a Igreja possa agir na saúde, mas não nos hospitais ou postos de saúde".

Incorreto seria, segundo D. Pedro, que "as comunidades como tais, se pronunciam oficialmente por um partido ou condicionem a filiação comunitária a tal ou qual filiação partidária, o que faria das comunidades eclesiais de base meras bases partidárias. É correto, entretanto, que as comunidades cristãs, como tais, definam à luz da fé e da conjuntura, quais as exigências que se pede a um partido e a um go-

verno para que o povo os possa considerar como servidores do bem comum e, por isso, verdadeiramente populares".

Na Assembleia, D. Pedro divulgou o decálogo que consta do livro "a Igreja, o poder e o povo" do teólogo Clovis Boff a respeito de uma definição partidária dos cristãos. Nesse decálogo, o PP e o PTB são classificados de "oposição vacilante, fazendo ao governo mas não à estrutura injusta de nossa sociedade". E afirma que as forças "mais autenticamente comprometidas com o oprimido optaram por uma atuação partidária no nascente PT, no PMDB através da corrente popular, e em alguns áreas do PDT".

Imediatamente, o PP divulgou sua posição contestando o documento em uma linguagem cuja semelhança com a do governo é sintomática. Nela se afirma que o "partido faz oposição firme mas não se opõe ao regime democrático e nem pretende substituí-lo por uma ordem econômica totalitária". Isto é: se insinua que o PT, a corrente popular do PMDB e certos setores do PDT teriam um projeto totalitário, o mesmo argumento que os militantes sempre usaram para colocar a esquerda na ilegalidade, para negar o seu direito de existir.

O julgamento dos sindicalistas

A farsa na intimidade

Aqui, passo a passo, o clima dentro do Tribunal Militar no julgamento que foi qualificado pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seabra Fagundes, como "uma encenação montada".

Aviso que nesta sala não será admitido qualquer desrespeito às autoridades constituídas do país", disse o tenente-coronel João Batista Tavares de Meirelles, presidente do Conselho de Justiça da 2ª Auditoria Militar de São Paulo ao dar início ao julgamento dos 13 metalúrgicos do ABC às 9:15 horas do dia 25 passado, uma quarta-feira. As únicas pessoas que ouviram estas palavras, além dos funcionários da Justiça Militar, foram os jornalistas presentes (nem a imprensa alternativa e nem os correspondentes internacionais foram credenciados), já que os réus e os seus advogados negaram-se a comparecer.

Após uma rápida conversa com os outros integrantes do Conselho de Justiça — o juiz auditor Nelson da Silva Machado Guimarães —, os capitães Reynaldo Richetti e Flávio Muller e o tenente Lúcio Flávio Lopes — a primeira decisão do dia é tomada: a sessão foi suspensa por meia hora "para prevenção de eventuais atrasos por parte dos interessados".

Enquanto se aguardava o reinício do julgamento, o quarteirão da avenida Brigadeiro Luís Antônio (onde fica a 2ª Auditoria) virou uma praça de guerra: militares à paisana ou uniformizados, policiais militares, polícia feminizada, cordas, metralhadoras, baionetas, bombeiros com carros tanque num total de aproximadamente quatro mil pessoas bem armadas faziam parte do esquema de segurança montado pelas autoridades. Transeuntes não podiam passar e apenas ônibus circulavam na região, um verdadeiro caos até a noite.

Uma praça de guerra no tribunal

Diante da comprovação da ausência dos advogados e dos réus, o juiz-auditor, reiniciados os trabalhos, colocou em funcionamento um esquema de emergência que montara há alguns dias, prevendo justamente este fato. Designou o advogado de ofício da 2ª Auditoria, Paulo Ruy de Godói que já havia sido avisado desde a sexta-feira anterior.

Em seguida, durante 30 minutos das três horas que dispunha, o procurador militar José Garcia de Freitas Junior expôs os fundamentos da acusação. Antes, no entanto, ele manifestou seu "repúdio à afronta dos advogados de defesa e de seus constituídos, pela sua ausência, num desrespeito a instituição do judiciário".

Freitas Júnior pediu o enquadramento de 10 dos réus no artigo 36 da Lei de Segurança Nacional — incitamento à desobediência coletiva da lei — que prevê penas de dois a 12 anos de reclusão. Para três dos acusados, José Timóteo da Silva, José Cicotti e José Maria de Almeida pediu que "fosse feita justiça, por falta de provas contra eles". No julgamento, o procurador desistiu do enquadramento dos acusados no artigo 42 da LSN que trata da subversão da ordem, com penas de um a três anos.

Durante sua argumentação, o acusador lembrou alguns fatos da greve ocorrida



Oficiais do IIº Exército entravam e saíam com walkie-talkies na sala do julgamento...

no ano passado e afirmou que houve incitamento a um movimento que havia sido proibido pelo Tribunal Regional do Trabalho (não levando em consideração que o problema da legalidade ou não da greve ainda não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal, devido ao recurso impetrado pelo deputado estadual Almir Pazzianoto- e que "a segurança do município de São Bernardo foi ferida com esta atitude". Citando os nomes dos acusados e sua participação, deteve-se mais tempo no presidente nacional do PT, Luís Inácio da Silva que "conduziu o movimento ilegal, determinou a conduta de piquetes e a continuação da greve, o que ocorreu mesmo após sua prisão, através de portavozes", segundo o representante da Justiça Militar.

Sem nenhuma interrupção na sessão, Paulo Ruy de Godói, filho de auditor militar, há 12 anos como advogado de ofício, e que já defendeu de ofício inúmeros presos políticos no auge da repressão, no início dos anos 70 e sócio de Paschoal Nunziatto, advogado de José Mário Tieppo, deu início à defesa. Pouco antes, o juiz-auditor leu em plenário o parecer do ministro Geraldo Peixoto, do Superior Tribunal Militar que negava habeas corpus preventivo aos réus.

Por uma hora, Godói tentou defender os metalúrgicos. Ao iniciar sua argumentação, afirmou ao Conselho de Justiça que "a defesa não está preocupada em ganhar a causa, e sim em exercer seu direito". Sua tese foi baseada em dois pontos: incompetência da Justiça Militar para enquadrar uma greve na LSN "por ser esta um direito do trabalhador que é representado pelo dirigente sindical" e, no caso de competência da Justiça Militar para o enquadramento, a falta de motivação política na deflagração do movimento "com os dirigentes atuando apenas profissionalmente e não politicamente".

O procurador: "o que seria do país se houvesse uma greve nacional?"

A réplica da acusação e da defesa levou pouco tempo, com ambas as partes reafirmando suas posições. O procurador Frei-

tas Junior, bastante nervoso, perguntou ao Conselho de Justiça: "o que seria do país se houvesse uma greve nacional? Seria ou não caso da LSN?" Em seguida, a reunião foi interrompida para almoço e às 14:00 horas começou a reunião entre os integrantes do Conselho de Justiça que, por lei, tem que ser secreta.

Esta durou seis horas e não foi secreta. A partir das 17:00 horas, oficiais do II Exército, portanto "walkie-talkies", entravam e saíam constantemente da sala de reuniões. Apesar das insistentes perguntas dos jornalistas, preocupados em saber o que ocorria — a previsão para o término do julgamento, segundo confidenciaram funcionários da Auditoria, era às 6 horas — nenhuma informação foi dada. Um

oficial do setor de comunicações do II Exército comentou ironicamente: "puxa, nós não queremos atrapalhar o serviço de vocês e gostaríamos que vocês não atrapalhassem o nosso".

Às 20:30 horas saiu o veredito condenando os 11 metalúrgicos e vários repórteres correram aos telefones para comunicarem o resultado. Surpresa: em pelo menos uma redação, o redator-chefe, há meia hora, já estava sabendo das condenações informado "por alta fontes militares".

No dia seguinte, o juiz Nelson Machado Guimarães declararia cinicamente que "acompanhei o processo e o estudei antes, participei da sessão de julgamento com minha convicção já formada. Ela independia, portanto, do que disseram a defesa e a acusação". Quer dizer, o próprio juiz reconheceu que a sessão do Tribunal foi uma encenação e a prova maior disso é que a sentença da condenação, datilografada em 21 páginas, já estava pronta no dia do julgamento.

Uma sentença pronta e celas preparadas, antes do julgamento

Um antigo funcionário da 2ª Auditoria informou ainda que quatro celas estavam preparadas desde o dia anterior, no presídio político do Barro Branco, para receber os condenados. Disse ainda que, caso os metalúrgicos não se apresentassem, o serviço secreto do II Exército tinha um dispositivo destinado a prender Luís Inácio da Silva em poucos minutos.

Os advogados dos condenados estão pedindo a anulação do julgamento por todas as irregularidades flagrantes cometidas contra o próprio texto da lei em que se baseou a condenação. Mas há alguma esperança se o que move este Tribunal Militar, filho da própria ditadura, não é o senso de justiça mas o medo, o ódio ao povo e aos trabalhadores?

Tribunal Militar prepara mais uma

As penas aplicadas aos metalúrgicos são: três anos e meio para Lula, Djalma Bom, Emilson Simões, Rubens Teodoro Arruda; dois anos e meio para José Maria de Almeida, Juraci Batista Magalhães, Manoel Anísio Gomes, Osmar Santos Mendonça e Gilson Correa de Mendonça; dois anos para Wagner Lino e Nelson Campagnolo; absolvição para José Cicotti e José Timóteo da Silva.

Como são réus primários (nunca haviam sido condenados anteriormente), poderão permanecer em liberdade até o julgamento dos recursos que seus advogados impetrarão. O andamento desses recursos é lento e dificilmente o caso terá solução definitiva antes do final do ano.

Se a condenação for confirmada, Lula não perderá o direito de ser militante e presidente do PT mas a sentença vem confirmar a sua condição de não poder candidatar-se às eleições de 82.

Como se tudo isso não bastasse, mais um processo espúrio baseado na Lei de Segurança Nacional ameaça Lula e o PT. Foi agora, no começo da semana, novamente enquadrado, junto com Jacob Bittar (a direção nacional do PT), com Francisco Mendes Filho (vereador e presidente do PT no Acre), João Maia da Silva e José Francisco (dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) "por incitação à luta de classes com o emprego de violência" no Acre. Isto porque participou no dia 27 de julho de 1980 de um ato público de protesto contra o assassinato do lavrador Wilson de Souza a mando de fazendeiros locais. Dois dias depois um grupo de trabalhadores da região revidou matando o capanga Nilo Sérgio. Lula e seus companheiros são acusados pelo incitamento a este revide como se confrontos entre posseiros e grileiros não fossem um fato cotidiano no campo brasileiro.

LSN: O cão fila da abertura

E que não mordeu só os sindicalistas do ABC. Vários outros opositoristas também estão sendo processados e brevemente serão julgados.

Enquanto Figueiredo propõe a conciliação, a Lei de Segurança Nacional continua fazendo estragos no movimento popular e na oposição mais combativa. No dia 6 de março, o Supremo Tribunal Militar decidiu por unanimidade a competência da Auditoria Militar de Juiz de Fora para processar e julgar 16 representantes de entidades que assinaram uma nota que qualificava a Justiça Militar de "maleável" por voltar atrás em uma decisão no processo que levou a condenação do professor mineiro David Maximiliano. Entre os processados, Mirian Delgado (presidente do CBA local), Henrique Delvaux (coronel da reserva e presidente do Diretório municipal do PMDB), Fernando Grossi (ex-presidente do DCE de Juiz de Fora), Marcos Pavan (ex-diretor da UEE-MG), Márcio de Oliveira (presidente da Associação de Professores Universitários) e Paulo Delgado (diretor da União dos Trabalhadores do Ensino - MG e membro da direção regional do PT), além de jornalistas da imprensa local que divulgaram a nota.

No dia 9 de março, o padre Reginaldo Veloso da arquidiocese de Olinda e Recife compareceu à primeira audiência do processo a que está submetido. Padre Veloso foi enquadrado no artigo 42 da Lei de Segurança Nacional por declarações feitas quando da expulsão do padre Vito Miracapillo do Brasil.

Também estão correndo nestes dias os processos envolvendo os deputados Genival Tourinho (PDT) e João Cunha (PT). O primeiro está sendo acusado por ter divulgado uma denúncia recebida de um ex-agente do SNI sobre o envolvimento de três generais no planejamento dos atentados terroristas que sacudiram o país no ano passado; João Cunha está sendo processado por ter ofendido a honra do general Figueiredo e de alguns oficiais generais ao acusar o governo de "cinismo democrático" quando da terrível repressão que se abateu sobre os grevistas do ABC em 1980.

Nem os jornalistas têm escapado ao rolo compressor da Lei de Segurança Nacional. Válder Fontoura do *Jornal do Brasil* já foi condenado por divulgar a declaração do deputado Getúlio Dias classificando o Tribunal Superior Eleitoral de "latrina do Palácio do Planalto" logo após este entregar a sigla partidária "PTB" a Ivete Vargas. Pela mesma razão está respondendo a processo o editor da

Folha de S. Paulo, Boris Casoy. Já o *Hora do Povo* que teve três de seus editores já condenados por divulgar denúncia de contas secretas mantidas por autoridades em bancos suíços, está sofrendo um novo processo por ter reiterado a denúncia em sua edição do dia 14 de janeiro.

E é certamente incorreta a atitude de alguns opositoristas ao centrarem a sua crítica na defasagem da Lei de Segurança Nacional em relação aos novos tempos de abertura política, isentando o regime de maiores responsabilidades. O direito de julgar civis através de tribunais militares é fruto do AI-2, editado pelo general Castelo Branco que estava interessado em criar um instrumento mais apto para promover uma caça às esquerdas do período. Hoje, a Lei de Segurança Nacional cumpre o papel de cão fila da "abertura", mostrando ainda a sua utilidade para a ditadura.

A greve relâmpago pela liberdade de Lula

Operários de quatro fábricas do ABC chegaram a parar com a notícia da prisão de Lula e de seus companheiros.

Os diretores do sindicato não fizeram a greve sozinhos. Foi toda a categoria. Não é justo a gente não fazer nada, vendo eles sendo presos".

O comentário corria já no ABC, nas fábricas, às vésperas do julgamento de Lula e de seus companheiros na quarta-feira, dia 25. Neste dia, a notícia da condenação e prisão dos dirigentes sindicais ecoou nas fábricas, em centenas de radinhos de pilha ouvidos atenciosamente pelos operários. À noite, era grande o afluxo de trabalhadores no Sindicato e na sede do Fundo de Greve em busca de mais notícias e orientações sobre o que poderia ser feito.

No dia seguinte, de forma descentralizada, os metalúrgicos do ABC começaram a parar a partir das fábricas em um processo que lembra muito as primeiras greves ocorridas em 1978. Só que com uma diferença: agora, diferentemente de 78 e de maneira inédita nestes anos todos de ditadura, a greve tinha uma motivação política clara, explícita.

Em quatro fábricas chegaram a haver paralisações: em seis seções da Ford, na ferramentaria da Forjaria São Bernardo, na Perkins e na MTE. Na Ford, a paralisação foi organizada na parte da manhã, decidida no refeitório e iniciada às 13 horas, Cinco seções deixaram de trabalhar durante

uma hora, marcando um protesto simbólico pela condenação de suas lideranças; mas em uma delas, o pessoal não voltou a trabalhar mais neste dia.

O fato de ter havido paralisação somente nestas fábricas é porque nelas havia organização suficiente para promover greves quase automáticas em tão curto espaço de tempo. Mas era clara a tendência a se alastrarem greves de protesto com o exemplo, através da divulgação da notícia da paralisação, e com a criação de formas mais centralizadas de direção do movimento.

As 18:30 horas da quinta-feira o delegado Romeu Tuma do DEOPS informava aos jornalistas o recebimento do alvará de soltura das lideranças presas algumas horas antes, expedido pela 2ª Auditoria Militar. Os colchões, os cobertores, os travesseiros comprados especialmente para abrigar os novos hóspedes tiveram que aguardar um outro momento para serem utilizados.

Foi a reação da camada de vanguarda do setor mais combativo da classe operária brasileira. E que foi amortecido pela notícia de soltura dos dirigentes sindicais mas que provavelmente terá continuidade durante a campanha salarial da categoria. Ficou o exemplo: os operários começaram a redescobrir a utilidade política da greve na fábrica.

Protestos no mundo inteiro

A condenação de Lula e dos outros dez sindicalistas do ABC provocou imediatamente uma tal onda de protestos em todo o mundo que coloca mesmo a possibilidade da reedição das memoráveis campanhas de solidariedade aos grandes mártires da história do movimento operário.

Em Genebra (Suíça), o secretário-geral da Federação Internacional dos Trabalhadores Metalúrgicos classificou de "selvagem" a repressão aos sindicalistas, concluindo que apenas "num país totalitário é possível oprimir desta forma os sindicatos". Convocou, ainda, as 170 organizações que integram a Federação a protestar diante das embaixadas brasileiras em seus países, exigindo a anulação das condenações. Em Paris (França), um Comitê de Defesa dos Direitos Humanos entregou uma carta, através da embaixada brasileira, ao general Figueiredo reclamando a "imediata absolvição dos militantes operários". Telegramas de protesto foram remetidos também pela Federação da Educação Nacional, pela Confederação Geral do Trabalho, pela Confederação Francesa Democrática do Trabalho, e pelos partidos de oposição.

Já em Frankfurt (Alemanha Ocidental), o presidente do Sindicato dos Meta-

lúrgicos qualificou de "escandaloso o fato de os líderes sindicais terem sido condenados por um tribunal militar". Comentaristas internacionais avaliam, inclusive, que a condenação dos sindicalistas terá embaraços a uma viagem programada de Figueiredo à Alemanha para concluir acordos econômicos com o primeiro ministro, que é do partido social-democrata.

Moções de protesto foram também redigidas pelas centrais sindicais portuguesas, espanholas, italianas e suecas. Em Bruxelas, Bélgica, a bancada socialista no parlamento registrou uma dura crítica ao governo brasileiro.

Condenação do Governo

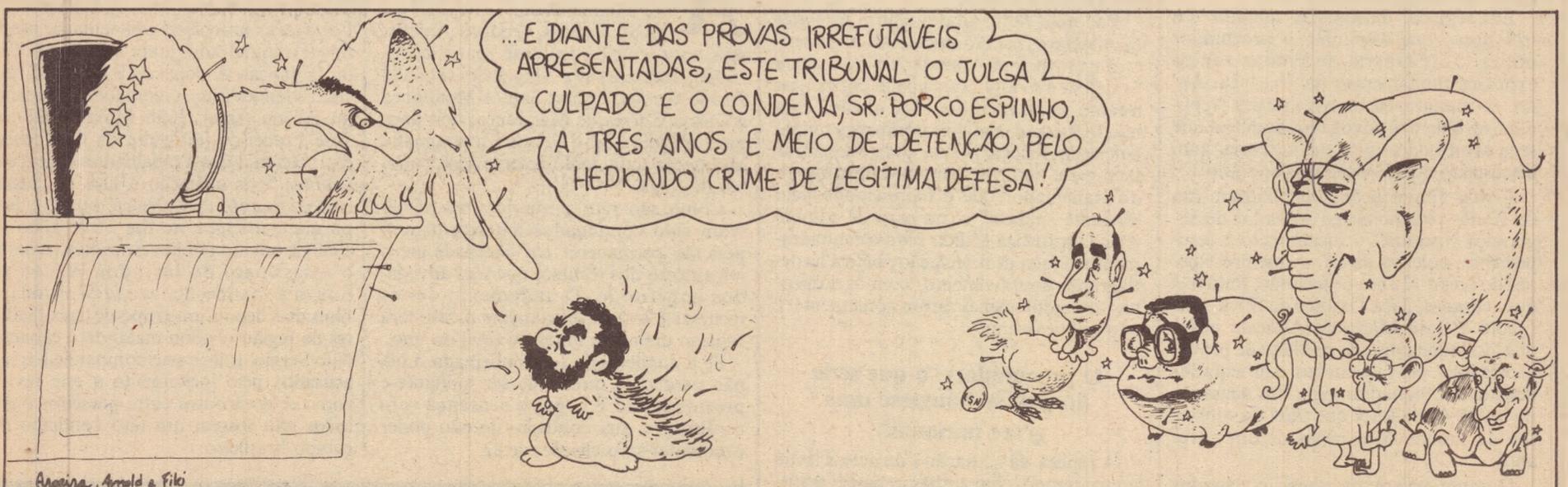
"Estou profundamente preocupado pela detenção de Lula e de outros proeminentes dirigentes sindicais brasileiros", chegou a declarar em Washington o senador Edward Kennedy, do partido democrata. Nos EUA, além do protesto da poderosa central sindical AFL-CIO, houve o posicionamento do sindicato dos estivadores de San Francisco, que recentemente entraram em greve recusando-se a embarcar um carregamento de armas americanas para a junta militar de El Salvador. Já o presidente do Sindicato

dos Metalúrgicos Mineiros (UAW), John Cristensen compareceu ao Brasil para acompanhar de perto o julgamento dos líderes do ABC.

Do presidente da Associação dos Trabalhadores Metalúrgicos do Canadá, Robert White, veio uma moção de censura afirmando que o julgamento "é motivo para que se condene o governo brasileiro que atenta com os direitos dos trabalhadores, já atingidos em tantos outros países do mundo".

Finalmente, a Confederação Latino-americana de Trabalhadores, com sede em Caracas, manifestou o seu repúdio ao governo brasileiro por "desconhecer os mais elementares direitos sindicais".

Toda esta reação, toda a publicidade negativa que a condenação de Lula e seus companheiros gerou a nível internacional representaram, sem dúvida, o maior desgaste sofrido pela imagem da "abertura" no exterior nos últimos anos, além de gerarem embaraços à conclusão de acordos econômicos com países que tem representante de partidos sociais-democratas no poder. Mas, certamente, a continuidade e o aprofundamento da campanha internacional dependerá em muito dos desdobramentos da campanha pela anistia aos sindicalistas no Brasil.





Editorial

Anistia aos sindicalistas

O ponto de honra da luta democrática e sindical daqui prá frente

A condenação, como criminosos, das lideranças do ABC não é apenas uma afronta, ela é o golpe mais violento desferido pela ditadura contra o movimento operário-popular desde 64. Interviram nos sindicatos, tomaram os seus prédios, espancaram os operários, soltaram bombas, seqüestraram seus líderes, mas não adiantou. Agora, querem a cabeça das lideranças. É porque sabem que é em Lula e seus companheiros que o movimento mais acumulou representatividade, experiência, capacidade de centralização, energia. Portanto defendê-los neste momento, exigir a anistia aos sindicalistas condenados, é defender o movimento de uma derrota, da desorganização, da difusão de um sentimento de impotência.

Mas não é só no ABC que o golpe surte efeitos. Em função do que representou e representa hoje o ABC - verdadeiro coração do sindicalismo combativo brasileiro — são todos os trabalhadores do país os atingidos. Pois não foi no ABC onde se furou a lei de greve, onde mais se contribuiu para desencadear, com seu exemplo, o ascenso grevista em 1979?

Isto sem falar nas conseqüências para o PT, partido que procura traduzir na política a combatividade que os trabalhadores têm demonstrado. É o seu presidente, a figura que mais encarna o partido, o principal atingido.

Em vista disso, desta dimensão histórica que o fato apresenta, não há dúvidas de que a campanha pela liberdade dos sindicalistas deve ter hoje um balanço contraditório. No exterior, ela alcançou uma incontestável repercussão e amplitude. Aqui no país, porém, a avaliação não é tão positiva: não se conseguiu gerar um processo de denúncia que calasse fundo no povo trabalhador, nem uma mobilização de protesto das suas fileiras mais organizadas, do vulto que seria necessário.

E, se antes do julgamento pudesse haver ilusões sobre as intenções da ditadura, agora não é mais possível perder de vista que a anistia aos sindicalistas é ponto de honra da luta democrática no Brasil, de todas as plataformas eleitorais do sindicalismo, de todas as campanhas salariais, de uma ampla campanha nacional que tenha como primeiro marco, agora o 1º de Maio.

Por isto, por ser uma questão que afeta o conjunto do povo brasileiro é incorreto, e é estreito, só propor como reação à condenação "fortalecer o PT". Esta luta é de unidade, de todos os partidos democráticos, de todas as forças de esquerda, de todos os sindicatos não pelegos, dos estudantes, dos profissionais liberais, dos intelectuais progressistas etc. E é neste rumo que o PT tem que forçá-la.

Em segundo lugar, embora seja um avanço o engajamento do PT na campanha contra a Lei de Segurança Nacional com todas as dificuldades que o partido enfrenta, é preciso nos indagarmos a respeito de quais as expectativas do partido com esta campanha. Pois, dificilmente se conseguirá a curto ou médio prazo impôr ao regime uma tal derrota política que o leve a derrogação da LSN. Assim, se o objetivo é denunciar, levar aos trabalhadores a consciência das leis que o oprimem por que não a lei de greve, a lei dos estrangeiros, a lei do arrocho ou a lei



que permite ao presidente indicar os prefeitos de todas as capitais do país por cima de dezenas de milhões de brasileiros? Ou ainda, por que não levar ao trabalhador a consciência de que é preciso lutar contra o conjunto de todas as leis desta ditadura, por uma nova ordem política, enfim, por uma Assembléia Constituinte Soberana e Democrática que ponha fim à ditadura?

É verdade que a luta mais geral dos trabalhadores só será vitoriosa por obra deles próprios. No entanto, é mais verdade ainda que o PT não tem sabido, prin-

cipalmente como partido ainda fraco e em crescimento que é, aproveitar todas as ambigüidades e contradições das demais forças da oposição democrática, para atraí-las ofensivamente para uma política contra a ditadura, para objetivos comuns, que elas dificilmente teriam condições de recusar desde que devidamente desafiadas. Uma política agressiva sobre o campo democrático burguês não necessariamente ferirá a independência de classe que o PT se propõe. Pelo contrário, é uma atitude indispensável para que a luta democrática não fique concretamente nas mãos dos liberais, o PT simplesmente figurando como o portador dos princípios puros da classe trabalhadora.

É hora de refletir profundamente sobre as experiências da Campanha contra a LSN antes do julgamento e tirar daí todas as conseqüências para uma retomada que não seja frustrante. Mas uma retomada que lance confiança sobre as possibilidades que o ascenso do movimento operário trouxe para a organização política independente dos trabalhadores.

A próxima reunião da direção nacio-

nal, dia 20, será um momento privilegiado para este balanço e esta retomada, que não poderá passar com simples colocações genéricas e superficiais. É necessário ir a fundo nas questões, e extrair daí o ânimo e a confiança para a luta. Avaliar a fundo os erros e os acertos da primeira fase, e sair com uma programação clara de objetivos, forças, aliados, métodos e etapas para o relançamento de uma verdadeira campanha que a dimensão histórica da condenação está a requerer de todas as forças democráticas e, em particular, do próprio PT.

Pois, é fora de dúvida o peso decisivo que o PT terá que jogar na direção desta luta, como partido mais atingido, mais combativo e que reúne mais lideranças populares em seu seio. Esta luta será, ainda, o melhor momento e meio do PT se temperar e levar adiante os desafios que se lhe apresentam, principalmente a legalização. E servirá também para aumentar sua coesão e unidade, sua centralização, enfim, para que o PT se consolide, de fato, como partido dos trabalhadores na dianteira da luta contra a ditadura e exploração.

PMDB e PDT gaúchos

As brigas pela mesa legislativa

PT lança nota denunciando os golpes e manobras entre o PMDB e o PDT na disputa pela mesa da Assembléia Legislativa gaúcha que quase acaba dando a vitória ao PDS.

Ninguém pode negar a importância política do posto nem as benesses dele conseqüentes, mas precisamos alertar aos parlamentares que a mesa dos trabalhadores ainda é mais importante que a Mesa da Assembléia". Com este final de nota pública a Comissão Coordenadora da Intersindical de Caxias do Sul/RS dava um puxão de orelhas nos deputados estaduais do PDT e PMDB no Rio Grande do Sul, que há meses brigavam e não conseguiam chegar a um acordo sobre a próxima mesa diretora da Assembléia Legislativa gaúcha.

O processo arrasta-se há tempos, mas adquiriu forma tragi-cômica no dia 1º de março na reabertura dos trabalhos legislativos de 1981. À revelia do partido de Brizola, o PMDB registrou uma chapa onde ficava com a presidência — o pomo da discórdia — e dava a secretaria e mais dois cargos para o PDT.

"Molecagem", "safadeza", bradaram os deputados pedetistas. No domingo, os muros da cidade amanheceram pixados: "Judas do cachimbo (numa alusão a Pedro Simon) trai novamente: entrega Mesa para o PDS."

E isso, efetivamente, acontecera no sábado dia 1º de março.

Com a abstenção do PDT, a chapa oposicionista obteve 18 votos e o PDS, aproveitando a confusão, elegeu — em primeiro escrutínio — a nova Mesa Diretora com seus 23 votos. Não conseguiu, porém, a necessária maioria absoluta. Na segunda votação, pelo Regimento Interno, valeria maioria simples, mas, agora, o

PMDB também não tem comparecido para dar quorum nas sessões. A coisa complicou-se, pois a única saída é o PDT votar nesta chapa e, esta posteriormente, renunciar em bloco e propiciar uma nova eleição.

A desavergonhada manobra do PMDB no dia 1º de março não o coloca como único vilão na história. O PDT também contribuiu, ao longo do processo, com muita intransigência. Apesar de claramente minoritário frente ao PMDB no Rio Grande do Sul, desde o primeiro momento bateu pé em torno da presidência e dela não abre mão, contribuindo para o impasse.

O Partido dos Trabalhadores, em nota pública do dia 6 de março, chamou à necessidade do consenso, lembrando a histórica trajetória oposicionista do Legislativo gaúcho que sobreviveu a várias ondas de cassações. Foi, no entanto, um pouco mais longe mostrando que o problema é mais grave do que aparenta. Diz o PT, em um trecho da nota:

"Consideramos que o encaminhamento dado à questão pelos dois protagonistas, PMDB e PDT, pautou-se, desde o início, por uma forma infeliz. Privilegiou-se, desde cedo, a disputa dos cargos e não, como seria de esperar, a discussão de um programa de ação para uma Mesa Diretora conjunta. Aí se decidiria o que interessa realmente as oposições, e portanto, a maioria esmagadora da população."

Na segunda-feira, dia 9, foi feita nova tentativa de acordo. A Intersindical e os demais partidos foram convidados como

mediadores da disputa. O PT fez-se presente.

Novo golpe do PMDB. Apresentaram uma proposta nova. Ou seja, estariam aceitando agora dividir um ano para cada partido, sendo que no primeiro ano ficaria o PDT com a presidência e a 1ª Vice-somente. No segundo ano, quem ficasse com a presidência ficaria também com a maioria da Mesa. Além disso, e aí está o golpe, queriam passar de contrabando a proposta acoplada com a criação de um único líder das oposições no plenário da Assembléia, um líder e um vice líder. Evidentemente ficaria a liderança com o PMDB.

O PDT regateou, mas acabou aceitando, apesar da oposição dos outros partidos PP e PT, que criticaram a proposta de acoplar algo que não estava em discussão.

Realmente, a questão da Assembléia Legislativa gaúcha é bem mais profunda do que uma mera intransigência em torno de cargos e mordomias. Aponta, isto sim, para a falta de princípios políticos e programáticos desses partidos que são incapazes de resolver essas questões politicamente, em torno de um programa de ação comum e aceitando as evidências das relações de força entre os partidos, sem blefes ou fatos consumados.

Isso já aponta e deve preocupar a verdadeira oposição para o que serão os acordos eleitorais do próximo ano. Se em torno de uma Mesa Diretora os conchavos sem princípios já adquirem essa dimensão, imaginemos o que nos espera em 1982. (Raul Pont)

O PT e as correntes políticas de esquerda

Um partido político frentista

José Genoíno Neto (*)

O PT é o reflexo do ascenso do movimento operário e popular, é um dos seus subprodutos. Ele tanto contém as energias e vitalidades desse movimento, como também todas as conseqüências das suas debilidades, em particular do seu caráter ainda espontâneo, do atraso do fator consciente.

O PT tem um componente que expressa de certa maneira a tendência objetiva da luta de classes no sentido da diferenciação entre os dois grandes campos de classes oposicionistas: o operário-popular e o das oposições burguesas.

O PT não tem sua origem principal nas forças de esquerda, é bem mais amplo, e pelo seu caráter e papel, é uma tentativa de organização política legal e mais extensa do movimento operário-popular. No entanto, a existência, no seu interior, de forças revolucionárias e comunistas organizadas não colide com este seu caráter e papel. Pelo contrário, é decisivo para a sua definição política e viabilização prática.

A unidade entre esses dois elementos: as fontes originais do PT e a participação de forças e ativistas mais conscientes deve concretizar uma política avançada e combativa ao nível do seu programa e da sua atuação prática.

Isso, além de ser importante para o próprio PT, é questão fundamental para a revolução no Brasil. O problema existe ao nível da política que essa ou aquela força leva no PT. A luta de opiniões pela afir-

mação de uma política e de uma prática revolucionária e de massas no PT deve considerar suas características como partido político e não como aglomerado de "esquerda", nem mera projeção política do sindicalismo.

A classe operária tem seus interesses próprios, tanto políticos como sociais. A construção do seu partido de vanguarda é a fusão superior do socialismo científico com o movimento operário espontâneo. E a solução dessa questão fundamental exige definições teóricas, políticas e orgânicas que o PT não tem condições de incorporar, seja devido ao seu caráter ou à sua composição. O combate ao dogmatismo e a análise das experiências do movimento operário no Brasil e no mundo não deve levar-nos ao outro lado da mesma moeda: o culto ao espontaneísmo e a negação do marxismo-leninismo como ciência da revolução.

Nenhum partido realmente operário logrará êxito efetivo se não tiver um caráter proletário e revolucionário definido. A atuação das forças de esquerda no PT não deve afastá-las da solução dessa tarefa e nem esse problema será resolvido à margem do processo político em curso. Neste último sentido, é que se relaciona com o PT.

(*) José Genoíno é ex-combatente da guerrilha do Araguaia e atualmente milita no PT paulista.



O partido deu origem à nova esquerda brasileira

Por Júlio Tavares (*)

O companheiro Apolônio de Carvalho ao lançar, em nome da direção nacional, o texto que trata da relação entre a construção do PT e os grupos de esquerda que aderiram à articulação, abriu uma das mais importantes discussões internas do PT, neste momento. O texto apresentado é passível de correções e complementações. Contudo, elas não negam sua validade e nem mesmo diminuem a correção das propostas feitas.

O PT é uma experiência totalmente nova. Uma experiência idealizada e impulsionada, fundamentalmente, por uma nova vanguarda sindical que surgiu fora das influências dos agrupamentos e personalidades mais tradicionais das chamadas esquerdas. Isso em um momento em que a luta contra a ditadura militar continuava, e continua a existir. Era uma proposta muito ousada. Nesses 17 anos, as esquerdas foram sistematicamente massacradas. A ditadura "prende e arrebutou". E nesses 17 anos surgia um novo proletariado, também sob uma sistemática repressão, embora com diferenças das que sofriam as esquerdas. O novo proletariado surgia e se fortalecia.

No entanto, não houve durante todos estes anos uma efetiva ligação entre ambos no combate comum. As velhas esquerdas não foram capazes disso. O novo proletariado ainda não tinha experiência.

Tanto a vanguarda sindical quanto as novas correntes de esquerda que se originam e se desenvolvem principalmente na classe média são expressões do novo as-

censo. Com todas as diferenças existentes entre elas, fazem parte do que nós podemos denominar de nova esquerda. Os novos agrupamentos que surgiram se reivindicando marxistas e revolucionários, fizeram esforços, em formas e níveis diversos para se ligarem às nascentes lutas sindicais e populares. Muitas vezes esses esforços foram acompanhados por políticas e métodos sectários e dogmáticos.

As esquerdas, organizadas ou não, em grande parte se aproximaram da proposta de construção do PT. Embora como ressalta o companheiro Apolônio, tem existido alguns problemas decorrentes de atuações que se baseiam em considerações contraditórias, sobre o significado do PT. Mas é o início do rompimento de um dos fatores que mais propiciava a manutenção do sectarismo e dogmatismo desses agrupamentos. É rompimento com o "gueto da classe média".

Será no debate franco e democrático que poderemos ir formulando propostas, políticas, fórmulas para superar os impasses que hoje estão havendo. Mas o debate não basta. É necessário que este vá acompanhado da luta concreta pela construção do PT, que em grande parte, hoje, está determinada pela luta pelo cumprimento de todos os requisitos básicos que nos impõe a atual legislação eleitoral autoritária. Mas também, pela luta por fazer o PT presente no dia a dia dos trabalhadores e setores populares

(*) Júlio Tavares foi fundador da Convergência Socialista, da qual se desligou em 1979, e atualmente milita no PT paulista.

Instrumento para algumas tarefas da Revolução

Por Luiz Antônio Carvalho (*)

O Partido dos Trabalhadores vem sendo uma experiência e um instrumento importante para o avanço na realização de algumas tarefas da Revolução brasileira: a fusão de uma teoria revolucionária que está se construindo com a vanguarda social das classes trabalhadoras do Brasil; a unificação crescente dos trabalhadores da cidade e do campo e, finalmente, o direcionamento revolucionário e socialista do atual movimento de derrubada da ditadura militar.

O companheiro Apolônio aponta muito bem alguns desvios que tem marcado o trabalho dos comunistas no esforço comum de construção do PT. O principal deles é o de se julgarem portadores de uma teoria revolucionária completa e acabada. Em função disso desperdiçam muitas vezes as potencialidades do PT, ao tratá-lo como uma plenária para onde se leva propostas para vencer ou perder e não como um espaço legal, democrático e aberto de organização, educação, discussão e direção política do movimento de massas.

Lamento entretanto ter de observar que não apenas e, muito menos principalmente, a esquerda organizada tem desperdiçado as potencialidades do PT. Que o PT não é um partido comunista é algo líquido e certo. Que o PT não venha a se tornar

uma articulação contra-revolucionária e anti-socialista é uma necessidade para quem queira um futuro melhor para o nosso povo. Não reconheço no Partido dos Trabalhadores o direito de ninguém de se arvorar "guardião do graal" e dizer: "eu sou PT, ele não é PT. Ele assimilou bem o PT, ele não assimilou bem o PT". O PT é o que todos os que o integram têm feito dele.

Para mim os militantes do PT devem combater hoje e sempre no seio do partido o sectarismo, a intolerância e a política de manipulação. Venham estas atitudes de comunistas organizados, desorganizados ou de organizações do "Eu sozinho" que só trazem para o PT vaidade e arrogância.

Neste momento não me enche os olhos a discussão de se o PT é uma frente ou não. Me interessa saber se o PT tem conseguido ou não mobilizar o povo para a luta política e porque.

Acho que a experiência e as energias do companheiro Apolônio de Carvalho não devem ser desperdiçadas. A maior contribuição que os socialistas têm a dar hoje no PT não é certamente a auto-análise e sim o esforço solidário de análise do momento e busca de caminhos.

(*) Luiz Antonio Carvalho é membro da direção estadual do PT paulista e integrante da equipe do jornal Companheiro.

Sindical

Vem aí um debate quente para o CONCLAT

Pluralismo sindical: uma fatalidade?

O movimento sindical brasileiro prepara um parto que, ao que tudo indica, pode dar à luz uma CUT. Central Única dos Trabalhadores. Mas pode também dar algumas centrais gêmeas. Como pode também, correr o risco de abortar e não ver nascer um de seus maiores anseios. O debate sobre a pluralidade/unicidade sindical sai das disputas acadêmicas ou dos círculos doutrinários para entrar no debate sindical que prepara o CONCLAT.

Por Regis Moraes

O debate sobre a formação de uma Intersindical, Central Única ou CGT, agrupando e unificando as lutas dos trabalhadores de todo o país ganhou impulso após a greve do ABC/1979. Sob o impacto da intervenção do Ministério do Trabalho, cassando o mandato das diretorias dos sindicatos metalúrgicos do ABC, constituiu-se, aos trancos e barrancos, a chamada Unidade Sindical.

De início, apenas uma reunião, uma simples articulação defensiva, voltada a um problema imediato. O seu primeiro jornal, *Unidade Sindical*, trazia, para o leitor mais avisado, a estranha sensação de geléia geral: ao lado de entidades reconhecidas por líderes combativos, desfiliavam nomes do porte de um Joaquinção e anexos.

A partir desse momento, porém, vai se configurando a idéia de construir uma intersindical, ainda que proibida por lei. Alguns dirigentes, inclusive o próprio Lula, sugeriram a constituição de algo como um "conselho de sindicalistas" mais experientes, para assessorar e apoiar as campanhas grevistas de categorias menos organizadas, ou em confronto isolado com o governo e patrões.

O "conselho" efetivamente se constituiu e atuou, por exemplo na greve da construção civil de Minas Gerais, na greve do Rio Grande do Sul (bancários) etc. O *Jornal*

da República chegou na época, a chamar esse coletivo sindical de "o CGT". E o coletivo evoluiu rapidamente para uma série de encontros e reuniões, dos quais o mais polêmico se realizou em Minas (janeiro/80), onde alguns sindicalistas, assessorados pelo semanário *Hora do Povo*, levaram a proposta de constituição de uma chapa "oposicionista" na CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria), entidade dirigida pelo pelego mais antigo do Brasil, Ari Campista. A chapa oposicionista, sugerida pelos hagapistas, seria encabeçada, nada mais nada menos, que pelo Joaquinção. Fora o fato de que as eleições na CNTI são carta marcada (o voto não é proporcional, nem direto; o peso das entidades é nivelado), o objetivo parece que era mais o de reforçar uma certa concepção de unidade sindical, aquela em que "cabe de tudo". Deste modo, e mesmo que a chapa não fosse efetivamente lançada, a confirmação de Joaquinção na sua cabeça faria dele o presidente de fato do "CGT informal" de que se falava. O lance não deu certo e, a partir

de então, se fala, mais incisivamente, na convocação do Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras - CONCLAT - fórum de unificação do movimento sindical brasileiro.

O CONCLAT ficou na casca e assim continuaria, talvez, não fosse o interesse de alguns dirigentes sindicais que se reuniram em S. Bernardo, no último 15 de fevereiro (ver ET n.º 123), tentando impulsionar os preparativos para um congresso amplo, democrático e realmente enraizado nas bases trabalhadoras do país.

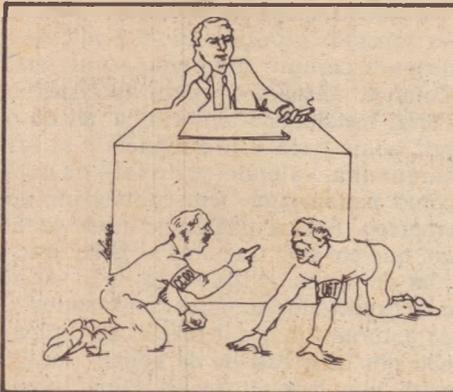
A primeira reunião preparatória vai ser agora, dia 21/3, no Sindicato dos Químicos de S. Paulo. E esta iniciativa traz agora para os fatos, o debate sobre a pluralidade ou unicidade sindical que ficara reservado às polêmicas de princípio. Sem dúvida, não terá passado despercebido nesse sentido um surdo choque de opiniões (ver entrevista com Lula nas páginas 10 e 11). Há aqueles que, apoiados na "fatalidade" de existência de várias centrais sindicais em todos os países do oci-

dente, ou ainda no fato de que a unicidade, em nosso país, é fruto de uma imposição do estado, argumentam a favor do pluralismo sindical. Há, por outro lado aqueles que vêem com bons olhos a unicidade, argumentando que ela não é necessariamente ruim pelo fato de ter sido imposta.

O fato, contudo é que o debate sairá muito mais à luz do dia nos próximos meses, com a pauleira preparatória ao CONCLAT. A ninguém deve se esconder que há, já na chocadeira, pelo menos dois projetos de centrais sindicais. E seus autores partem do princípio (ainda que não explícito, principalmente no caso dos defensores aparentes da unicidade ou "unidade") de que a divisão é questão de (muito pouco) tempo.

Essa história parece seguir o perigoso exemplo que a trajetória da divisão desenhada nos principais países do ocidente, em que a constituição das centrais não dependia de considerações propriamente sindicais. Em outras palavras, as centrais continuavam a existir como "correias de transmissão" de cada partido para as "suas massas". O movimento operário se organizava, então, não a partir de uma situação comum de classe, mas a partir de um nivelamento ideológico e partidário.

Contudo, desde a primeira vista, os exemplos históricos que mostram uma "tendência ao fracionamento" do movimento sindical, mostram também que as correntes que lutaram concreta e efetivamente pela verdadeira unidade sindical, acabaram, mesmo quando a divisão se tornou realidade, levando a "fatia maior do bolo". O que deve servir de matéria de reflexão para quem já parte do princípio de que a divisão é um fato.



Espanha

Do sindicalismo de base às centrais partidárias

Onde o pluralismo sindical abriu caminho para o enfraquecimento da classe, a imposição dos pactos sociais pela burguesia e a transformação dos sindicatos em meros órgãos assistenciais.

Por Elvira Oliveira

Durante quase 40 anos a ditadura franquista tentou por todos os meios calar o combativo movimento operário espanhol, não só através de feroz repressão, fechamento de sindicatos e centrais sindicais, como através da criação de organismos que integrassem os trabalhadores, da base até centrais sindicais nacionais. Esses organismos — que iam dos conselhos de empresa, formais e atrelados, aos sindicatos de ofício e à Central do Ministério do Trabalho — eram apêndices do estado fascista.

Em meados da década de 50, o movimento operário espanhol ressurgiu das cinzas, ainda disperso e localizado, com a criação das primeiras Comissões Operárias — CCOO — que lideraram o movimento reivindicatório dos mineiros do Norte da Espanha. Durante os 20 anos seguintes o movimento das CCOO crescerá, criará raízes e se implantará em praticamente todas as fábricas espanholas. Elas eram clandestinas, ilegais, perseguidas pela polícia franquista, mas eram também o único canal possível de organização e luta sindical dos trabalhadores e nestes anos dirigiram milhares de greves em todo o país e milhares de trabalhadores passaram pelos cárceres em seu nome.

Na década de 60 surge a União Sindical

Operária (USO), corrente influente em alguns sindicatos e comissões de fábrica. Enquanto as CCOO eram formadas por militantes comunistas em sua maioria, e alguns católicos, a USO compunha-se quase totalmente de militantes católicos. Nos primeiros anos de sua existência atuava junto com as CCOO numa tentativa de unidade sindical, que se rompe já em 1966, quando a USO se define como socialista. Mesmo ainda sob a feroz ditadura franquista a unidade do movimento operário não resistia às diferenciações ideológicas, embora a USO fosse extremamente débil no conjunto do país.

A par desses dois movimentos, a União Geral dos Trabalhadores (UGT), praticamente inexistente, tentava subsistir reivindicando-se como a mais antiga das organizações sindicais, criada em 1888, e posta na ilegalidade por Franco em 1939. Antes do ditador a UGT contava com um milhão e meio de filiados, mas na década de 70 era quase que uma sombra do passado, só mantendo-se em pé através da ajuda e apoio externos prodigamente dados pelos fortes partidos socialistas estrangeiros.

Nos últimos anos da ditadura franquista, as CCOO não só tinham, como eram, a unanimidade operária e seu forte e decidido combate ao fascismo foram sem som-

bra de dúvida, um elemento decisivo, determinante para o fim da ditadura. A partir de 1975, os ventos da mudança começam a alcançar a Espanha e os sindicatos iniciam sua transformação. E, deste ano até 1977, quando se multiplicam os debates sobre o futuro do movimento sindical, líderes das CCOO não se cansavam de repetir que não eram um novo sindicato, nem pretendiam se transformar nisso. Eram um movimento sócio-político que visava conquistar a liberdade sindical e o direito dos trabalhadores definirem o seu sindicato, num Congresso Sindical Constituinte (que era a tese do Partido Comunista). Este Congresso, que seria de todos os trabalhadores espanhóis aprovaria um novo Código do Trabalho e definiria a Estrutura Sindical que lhes convinha.

Esta posição, que desejava construir um sindicalismo pela base, unitário, democrático, e independente dos partidos, foi mantida pelas CCOO, até pouco tempo antes de sua legalização. E o apoio da classe operária a estas idéias parecia absoluto. Na Espanha quase todo mundo era das comissões, os militantes sindicais eram majoritariamente CCOO. Elas reuniram mais de um milhão de filiados, num tempo difícil, de ditadura.

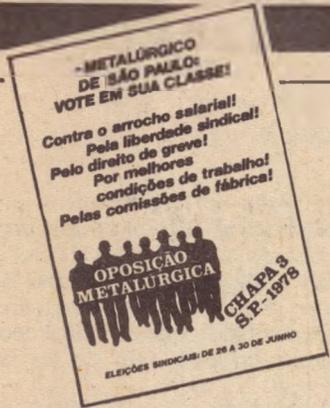
É nas portas da legalização das centrais

sindicais, que as CCOO começam a modificar o seu discurso e de um movimento sócio-político, passam a se autodenominar um "sindicato de novo tipo". Com isso, começam as divisões. Desprezando-se das CCOO, o movimento pelo Sindicato Unitário (SU), a Comissão Operária Nacional da Catalunha, que posteriormente se transformará em Confederação, a Confederação dos Sindicatos Unitários de Trabalhadores, etc.

Em maio de 1977, as centrais sindicais são reconhecidas legalmente, e as CCOO surgem à luz do dia não só como o "novo sindicato", mas já pressupondo a divisão do movimento e a pluralidade de centrais sindicais. Elas se lançam como confederação sindical da COO. Mas, a partir desse momento o seu enfraquecimento é evidente e o seu efetivo se reduzirá rapidamente a metade dos militantes anteriores. Junto com elas emergem, além da USO e da UGT, que se fortalecerá e logo estará falando em pé de igualdade com as CCOO mais uma dezena de Centrais Sindicais.

Hoje, as duas centrais expressivas são as CCOO, hegemônicas pelo Partido Comunista e a UGT ligada ao Partido Socialista. O movimento operário, no entanto, não cresceu em força e organização. Pelo contrário, assistiu, amortecido, às CCOO se transformarem nas defensoras mais ardentes do Pacto de Moncloa (pacto social em que os trabalhadores abriam mão de suas conquistas mais caras, para assegurar a "transição democrática"), e o sindicalismo enveredou pelo caminho do assistencialismo, do "consenso" e da desmobilização.

A pluralidade sindical incentivada pelo governo pós-Franco e louvada pelos partidos reformistas tem enfraquecido de tal forma o movimento operário que a burguesia e as forças armadas podem se dar ao luxo de tentar golpes como o de recentemente.



METALÚRGICOS-SP

Em jogo o comando de 400 mil operários

Aqui, o quadro eleitoral dos metalúrgicos onde a oposição e o pelego no maior sindicato da América do Sul estarão disputando as próximas eleições para a direção sindical.

Por Régis Moraes

O Sindicato dos Metalúrgicos da capital paulista tem se tornado um dos principais palcos de combate entre o peleguismo sustentado pelo Ministério do Trabalho e as experiências mais avançadas de oposição sindical. Ainda estão quentes na memória dos metalúrgicos os escândalos das eleições de 1978, quando uma verdadeira orgia de urnas concedeu a vitória à equipe chefiada por Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão. As evidências de irregularidades e fraudes foi tamanha que a própria Procuradoria do Trabalho teve que anular as eleições. Porém, o ministro do Trabalho mandou telex a São Paulo, ordenando a validação da vitória de seu amigo Joaquinzão, a quem veio cumprimentar pessoalmente, por ocasião da posse.

Esse namoro não é gratuito. Afinal de contas, trata-se de uma entidade que representa mais de 400 mil trabalhadores, dos quais quase 70 mil seriam sindicalizados. Em São Paulo, cerca de 13 mil empresas (das quais 6 mil fábricas e 7 mil oficinas aproximadamente) são classificadas no ramo das indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico. A previsão orçamentária do Sindicato para 1978 apontava uma receita de mais de Cr\$ 122 milhões, dos quais cerca de 50% seriam destinados à assistência médica e social. Além desse peso econômico — ou justamente por causa dele — o Sindicato dos Metalúrgicos é uma espécie de "piloto" político-sindical para numerosas outras categorias. A sua importância é tamanha que numerosas correntes políticas tem feito os maiores malabarismos e conchas para sentar-se à mesa do Joaquinzão.

A oposição e as eleições

A Oposição Sindical Metalúrgica começou a nascer logo depois da intervenção da ditadura, em 1964. Aos trancos e barrancos, apresentou chapa própria nas eleições de 1967, 72 e 78 — uma história que pretendemos recuperar em reportagem futuras. Os anos de 1976-77 foram particularmente decisivos para entender o ciclo grevista da capital em 1978, coincidente com as eleições. Foi graças a uma sistematização de seu trabalho — manutenção de uma imprensa própria, (Luta Sindical), organização por setores, realização de plenárias periódicas, eleição de coordenações etc — que a oposição acumulou forças para estar na cabeça de algumas das principais greves de fábrica em junho/julho de 1978 e ameaçar o poder dos pelegos nas eleições desse ano.

Nesse momento, em que está próxima a publicação de edital convocando novo pleito, a análise de alguns dados das eleições de 1978 sem súvida dá algumas 'dicas' para compreender os problemas que serão enfrentados em 1981. Computando os dados dispersos, pescados nas listas de sindicalização da entidade, elaboramos o quadro ao lado, bastante próximo dos números reais.

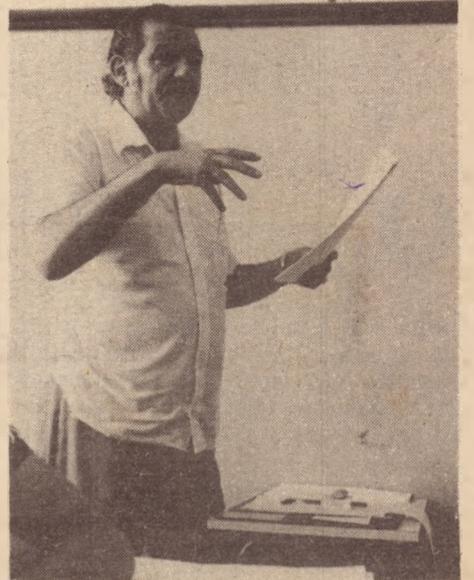
Sem dúvida os dados estão desatualizados: hoje calcula-se em cerca de 60 ou 70 mil os sócios. Além disso, mesmo pelos cálculos do Sindicato em 1978, por ocasião das apurações, dava-se como número de associados em condições de voto o total de 49.020. Contudo, mesmo levando-se em conta essas ressalvas, pode-se tirar algumas conclusões do quadro.

Em primeiro lugar, salta à vista a relativa desconcentração de associados, principalmente se compararmos, por exemplo, com a situação de Osasco, onde houve recentemente eleições. Lá, seis fábricas reuniam quase 50% dos votantes... Em segundo lugar, note-se o peso determinante das regiões Leste e Sul (as duas somadas constituem 70% dos associados). Nessas regiões, concentram-se também um número muito grande de fábricas com muitos sócios (outra região importante nesse particular é a sudeste). A média de sindicalizados por empresa é mais alta na Sul e na Oeste. Neste último caso, a média cai devido à inclusão, nessa região, das empresas da Freguesia do Ó, Pirituba etc, que estão, geograficamente, mais à noroeste.

Um outro lado que complica a campanha é que não existe uma identidade entre grandes fábricas e grande concentração de associados. Assim, tem-se fábricas com grande número de operários e baixo número de associados. A Same, da oeste, por exemplo, tem 1855 empregados, conforme a listagem do SENAI, e o número de seus associados era de 49. Em comparação, a Comterma, na Vila Mada-

dos em 142 empresas e que 25 fábricas reúnem cerca de 25% dos votantes. Esses números são importantes para atingir essas fábricas e regiões com a propaganda oposicionista. E são importantes também para concluir que essas fábricas devem, em geral, constituir um termômetro da vida sindical metalúrgica, funcionando; bem ou mal, como "fábricas pilotos" nas campanhas.

Quando ao quadro das urnas, em 1978, ele é de uma confiabilidade extremamente duvidosa. Difícilmente ele reflete a verdadeira votação da categoria, que deve ter sido apurada, na calada da noite, nos porões do Sindicato, na casa de algum mesário mais curioso, ou mesmo nos centros de informações da polícia política. Afinal, até o Procurador do Trabalho foi obrigado a constatar vários exemplos escolhidos ao acaso, de associados que votaram duas vezes. A chapa 3, de oposição, chegou a registrar num tabelião, antecipadamente, o resultado que ia dar numa urna (a 160). No momento da apuração, o resultado foi confirmado. A informação tinha vazado por um funcionário do Sindicato, ao que parece descontente com a pelegada. Em todo caso, o



Joaquinzão: uma fraude escandalosa abafada pelo Ministério do Trabalho

obriga os "candidatáveis" a driblar as suspeitas das fábricas onde trabalham, além da dedução dos pelegos. Além do mais, tem que ter mais de seis meses de sindicalização, dois anos de trabalho na mesma base (isto é, como metalúrgico e na capital), coisa bem difícil para quem, pela combatividade, tem que mudar constantemente de emprego. Fora isso, existe a Lei de Segurança Nacional, que a qualquer momento pode ser acionada, a qualquer pretexto, para impedir candidaturas incômodas. Essa ameaça é tão clara que a LSN é reproduzida, em alguns de seus parágrafos, nos livros que contêm a legislação sindical...

Contudo, um outro grande obstáculo a ser superado pela oposição é a dificuldade para compor uma chapa unitária. Como já noticiamos, o deputado Aurélio Perez, metalúrgico também, já lançou o seu nome para a presidência e já faz campanha, valendo-se do fato de que, como parlamentar, tem estabilidade no emprego. Fora a questão do nome Aurélio, que em si já traz uma série de restrições de vários oposicionistas, por vários de seus métodos de "fatos consumados" e de autoritarismo, a definição da campanha por uma batalha de nomes ameaça entrar num beco sem saídas. Afinal, localizar a disputa eleitoral como uma troca de nomes, uma "renovação", é desviar o centro político da campanha. A disputa não é apenas pra "trocar dirigentes".

É também isso. Mas é principalmente uma campanha para apresentar à categoria uma proposta de sindicalismo diferente do que é praticado pela pelegada, um sindicalismo alternativo, democrático, independente dos patrões e do governo.

Nesse mesmo sentido, a discussão sobre os eixos políticos da campanha oposicionista tende a se localizar sobre dois pontos: 1º) as bandeiras políticas e econômicas já consagradas no recente movimento sindical brasileiro, onde ganham uma importância as questões relativas à liberdade sindical, a luta contra o desemprego, contra o arrocho etc; 2º) a bandeira da democratização do sindicato, pela ida do sindicato até a grande massa não sindicalizada, pela sua descentralização administrativa (sub-sedes, atividades regionais, etc), pela extensão dessas atividades aos não associados, facilitando e atraindo a sua sindicalização, etc. Numa campanha desse tipo, a oposição teria condições de disputar o terreno com o pelego, antes e durante as eleições, driblando suas calúnias, dedurações e agressões físicas. Mas... será essa a campanha?

Região	Nº de empresas	Nº de sindicalizados	Média de sindicalizados por empresa	% s/ o total de sócios de SP	Fábricas com número de sindicalizados		
					Acima de 60	Acima de 100	Acima de 200
Centro	61	1337	21,9	3,1	2	1	—
Norte	136	3514	25,8	8,2	10	7	—
Sul	187	8027	42,9	18,9	22	15	3
Leste (1)	340	9224	27,1	21,7	39	18	8
Leste (2)	182	5776	31,7	13,6	18	8	4
Oeste	169	6110	36,1	14,4	19	8	4
Noroeste	61	1510	24,7	3,5	4	1	—
Sudeste	222	6381	28,7	15,0	26	15	5
Sudoeste	28	539	19,2	1,2	2	0	—
Total	1386	42418	30,6	100	142	58	25

(22385 sócios) (16620 sócios) (10331 sócios)

NOTA: A divisão não é geograficamente rigorosa. Principais bairros dessas regiões:
Norte: Via Dutra, Santana, V. Guilherme, V. Maria, Parque Novo Mundo.
Sul: Santo Amaro, Chácara Santo Antônio, Jurubatuba, Interlagos, Socorro etc.
Leste 1: Moóca, Bras, Vila Prudente, V. Formosa etc.
Leste 2: Penha, Belém, Pari, Tatuapé etc.
Oeste: Lapa, V. Leopoldina, Anastácio, Freguesia do Ó, Jaguaré etc.
Sudeste: Ipiranga, V. Mariana, V. Carioca, Via Anchieta, Bosque da Saúde etc.
Sudoeste: Pinheiros, Butantã, Caxingui etc.
Noroeste: Casa Verde, Limão, Barra Funda etc.

lena, com 309 empregados, tem 59 associados. Uma empresa de médio porte, na região mais central do cinturão industrial do Jaguaré (Oeste), a Brastubo, para 245 trabalhadores, tinha 8 sócios. A algumas centenas de metros, escondida num barranco, a Mareval, para 225 empregados, tinha 38 sócios. Esses dados, escolhidos ao acaso, servem para ilustrar a dificuldade na propaganda da chapa e na definição de sua campanha: dirigida aos associados ou a toda a categoria? E como ter um quadro mais exato dos associados, se é praxe da direção sindical negar a lista de votantes para a oposição?

De qualquer modo, dá pra perceber que algumas conclusões podem ser tiradas, no que diz respeito à concentração dos votantes. Observe-se, por exemplo, que mais de 50% dos associados estão concentra-

mapa de urnas registra vitória da oposição em quatro urnas: 16 (que cobre fábricas da zona leste, entre as quais a Laminadora Brasil), a 18 (colhe votos na Volks-Ipiranga), 23 (sudeste-Via Anchieta), 48 (Caterpillar, Instron etc, em Santo Amaro). O total de urnas nas eleições era de 160: 3 fixas na sede, 138 circulando por fábricas previamente anunciadas e 19 itinerantes.

Sai só uma chapa de oposição?

Neste momento, a oposição discute seu programa, prepara a convenção para escolha de sua chapa e aguarda a divulgação do edital. O quadro de dificuldades começa com as restrições da legislação. Os candidatos tem que estar empregados no momento do registro da chapa, o que

São Bernardo

Jesus Carlos (JORNACCOOP)



Diretores cassados e junta governativa nas portas de fábricas e nas assembleias por bairro

Milhares de trabalhadores nas assembleias por bairro

Por Vilma Amaro

Um primeiro passo para a reconquista do Sindicato, os metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, realizam esta semana (dias 13 e 14) assembleias gerais da categoria na sede da entidade. A preparação para estas assembleias e outra maior, prevista para o estádio de Vila Euclides, está sendo bastante intensa. Além dos milhares de boletins que vêm sendo distribuídos pela diretoria cassada nas portas das fábricas, várias assembleias de bairro já foram realizadas, com a presença de milhares de trabalhadores e — o que vem sendo considerado um fato positivo pela diretoria — acompanhados de suas mulheres. Em assembleia realizada há 10 dias, no bairro Alves Dias, em São Bernardo, havia cerca de 2500 pessoas. Este número foi ultrapassado nas assembleias realizadas no último fim de semana no Jardim Ipê e Baeta Neves, também em São Bernardo, com a presença de Lula.

Este ano, os trabalhadores têm um motivo mais para a mobilização: o desemprego que vem colocando na rua milhares de trabalhadores não só das montadoras, mas também das auto-peças, que são atingidas, por tabela, pela crise no setor. Daí que a reivindicação de garantia no emprego vai ser, seguramente, o ponto mais importante das negociações.

Sindicato de portas abertas

Em relação as conversações com os empresários (a pauta de reivindicações deverá ser aprovada nas assembleias neste fim de semana), o certo é que deverão ser encaminhadas por uma comissão a ser eleita pelos trabalhadores, da mesma forma como já foi aprovado em Santo André. Nessa Comissão, membros da diretoria cassada, deverão estar presentes, ao contrário de Santo André, onde há um impasse em relação à Junta Governativa. Enquanto neste município, os quatro integrantes da Junta foram violentamente repudiados pelos trabalhadores e expulsos da presidência da mesa (passando o comando dos trabalhos ao presidente cassado Benedito Marcílio, durante a última assembleia realizada), em São Bernardo existe uma relação amistosa entre a Junta e os membros da diretoria cassada. Tanto assim que vários diretores já podem ser encontrados diariamente na sede do Sindicato, discutindo com os membros da Junta, alguns pontos da pauta de reivindicações.

De qualquer forma, a categoria aguarda o início das negociações para avaliar o papel que a Junta terá. Mas, um indicio de seus propósitos já poderá ser medido nas próximas assembleias quando deverá ser eleita a Comissão.

Santo André

A Junta não emplaca

Em Santo André, ao contrário de São Bernardo, a Junta Governativa nomeada por Murilo Macedo atritou-se com os trabalhadores.

Apesar de, nos últimos anos, ser considerado um Sindicato com um nível de mobilização inferior ao de São Bernardo (fábricas menores, mais dispersas e grande divisão entre a categoria), em 1981, os metalúrgicos de Santo André estão dando um grande exemplo de disciplina e disposição de luta.

Primeiro foi a Junta, escolhida no mesmo dia que a Junta de São Bernardo. Já na posse da DRT, a primeira surpresa: Vicente Bevilacqua, o Vicentão, elemento com tradição de luta junto à categoria, renunciava, de forma ruidosa, em um documento onde dizia não ter condições de realizar ali um bom trabalho. "Os demais integrantes da Junta, afirmou, não indicam a possibilidade de se levar grandes lutas". Muito embora, elementos do Departamento Jurídico do Sindicato de São Bernardo não tenham ficado muito satisfeitos com essa renúncia (pois teriam saído desse setor os nomes para a nomeação das Juntas, pelo ministro Murilo Macedo), a verdade é que como militante da Pastoral Operária, o Vicentão, teria levado uma prensa, ao aceitar um cargo entre tão frágeis membros de uma Junta, facilmente manipulável. Tão manipulável que até elementos da Editora Oboré estão dando assessoria à Junta Interventora e, segundo fontes ligadas ao Sindicato, cobrando até Cr\$ 2 mil cruzeiros por aula de um "curso político (para quem não sabe, a Oboré é a mesma que dá assessoria de Imprensa ao Joaquinzão, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo).

Divididos entre os setores mais reacionários da categoria e entre os pelegos notórios, os quatro integrantes da Junta de Santo André, absolutamente inexperientes, em termos de política sindical, sem nunca terem participado de coisa alguma, acabaram sendo expulsos da assembleia que realizavam na sede do Sindicato, no último dia 22.

Antonio Morales, presidente da Junta, que um dia antes anunciara publicamente que Benedito Marcílio e toda a diretoria cassada do Sindicato não ia abrir a boca

durante a assembleia, ficou de boca fechada. Já no começo, numa questão de ordem levantada por um trabalhador, pediu-se que a condução dos trabalhos ficasse a cargo de Benedito Marcílio. Aprovação geral. Resultado: a Junta acabou excluída da presidência da mesa e das negociações, pois os metalúrgicos nomearam uma Comissão de seis trabalhadores, integrada pelo presidente cassado do Sindicato e mais elementos do Fundo de Greve para as conversações com os empresários.

Mas, a novela não para aí. Antonio Morales, segundo elementos de liderança junto à categoria, não escreve uma linha sem assessoria jurídica e desconhece por completo toda a vida sindical, inclusive questões burocráticas elementares. Antonio Morales ainda passou pela humilhação de ter que dizer ao microfone, e repetir, a pedido dos trabalhadores, na última assembleia, que acatava as decisões da categoria, isto é, sua própria exclusão das negociações. Depois, quis mudar de idéia e transferir a decisão para a próxima assembleia a ser realizada dia 15, mas os trabalhadores já disseram que não mudaram uma vírgula no que foi estabelecido (por seu lado o Ministro do Trabalho afirmou apenas que se a assembleia foi legal, essas decisões teriam que ser respeitadas).

Não bastasse tudo isso, e logo nos primeiros dias de administração da Junta estourou um escândalo: sumiram 106 mil cruzeiros do Sindicato, na gestão do ex interventor Guaracy Sampaio. Resultado: acusações a funcionários e demissão de um deles, sem esclarecimento do fato.

Por tudo isso, com uma categoria fortalecida (graças ao trabalho desenvolvido pela diretoria cassada em portas de fábricas e mais de uma dezena de assembleias de bairros) já se prevê que a Junta de Santo André não vai ter nenhum papel a desempenhar junto à categoria. Nem mesmo com a maciça ajuda dos pelegos do Joaquinzão e sua tropa de choque. (VA)

Federação dos Metalúrgicos/SP Em busca de uma saída honrosa

As negociações para o reajuste salarial dos metalúrgicos do interior paulista mostram agora, neste começo de ano, algumas novidades em relação aos dissídios passados. Por um lado a situação delicada no ABC com a volta das diretorias cassadas ao comando, de fato, da situação (ver matéria acima). Mas por outro lado há também as mudanças em alguns sindicatos do interior como é o caso de São José dos Campos e Ribeirão Preto (onde chapas de oposição foram recentemente eleitas) ou Sorocaba, Jundiá e outras cidades menores (onde a situação dos pelegos já não é tão tranquila).

Esta nova situação parece alterar significativamente a margem de manobra da burocracia da arqui-pelega Federação dos

Metalúrgicos do Estado, através de seu eterno presidente, Argeu dos Santos. A Federação, que nos anos anteriores veio comandando as negociações do conjunto dos sindicatos do interior (exceto os do ABC) em separado de Lula e com razoável tranquilidade para os patrões, agora se verá enfraquecida e com seu comando questionado em certas bases. O que, por outro lado amplia o raio daqueles que possivelmente negociarão no mínimo mais afinados ao espírito de São Bernardo, senão conjuntamente, sob o mesmo comando de Lula.

Mas a nota mais intrigante e cuja profundidade deve ser averiguada é o entusiasmo de alguns porta vozes da comissão negociadora da Federação dos metalúrgicos diante da possibilidade de extensão

do sistema de "comissão de fábrica" da Volks para outras empresas do ramo.

Alguns sindicatos patronais do Grupo 14 da FIESP (que reúne as metalúrgicas) parecem já ter aconselhado o sistema a seus filiados. Será este um dos pontos em

negociação, para encobrir a questão dos delegados sindicais?

Parece que tais manobras são o trunfo utilizado para forçar um "acordo razoável". Contudo elas não deixam de vir acompanhadas de homeopáticas mas catastrofistas ameaças de desemprego.



Lula: O processo mostrou que a abertura é falsa

I. O significado de condenação

— **Prá começar, Lula, como você vê o significado mais geral desta condenação?**

— Olha, eu acho que o desdobramento que este julgamento pode ter, no meu modo de ver, embora a pena seja uma pena dura, embora a gente tenha 11 companheiros condenados, eu acho que do ponto de vista político ele vem desmascarar aquilo com o que muita gente estava enganada, não só no exterior mas também dentro do Brasil (setores de pequena burguesia, setores elitistas) achando que a gente estava vivendo um processo de abertura, um processo de democratização. Vem, prá mim, desmascarar o processo de abertura e reafirmar aquilo que a gente dizia — e às vezes por isso éramos chamados de radicais — de que, do jeito que estava, para a classe trabalhadora pior não podia ficar.

Então eu acredito que foi muito importante acontecer isso da forma que aconteceu porque abre os olhos não só dos brasileiros mas do mundo inteiro para o fato de que o processo de abertura política é falso.

A abertura foi desmascarada

Este julgamento deverá também mostrar a todas as forças de oposição deste país que é necessário muito mais trabalho de organização se a gente quiser partir para uma preparação política com o objetivo, é... de acabar inclusive com este regime.

Noutro nível embora muita gente ache que isso prejudique o PT, eu não acredito. Eu acho que o partido hoje já é algo que se sobrepõe aos indivíduos.

— **E a nível sindical, haverá consequências?**

— Eu estou preocupado não com o processo, porque outros dirigentes sindicais já foram processados, condenados ou mortos. O que me preocupa hoje a nível sindical é que o movimento é muito medroso por si só.

O momento não é bom do ponto de vista da mobilização, basta ver as últimas campanhas salariais; mas eu acredito que este ano tenda a melhorar, apesar de toda a propaganda oficial em torno do desemprego. E acredito que este ano aqui em São Bernardo nós conseguiremos outra vez mobilizar a classe trabalhadora no sentido de despertar o movimento sindical brasileiro.

— **A condenação, sem dúvida, representou uma guerra declarada entre o governo e o movimento popular. Mas a campanha realizada contra ele, não foi à altura deste ataque; isso representaria apenas uma falta de organização, ou um certo isolamento social do movimento?**

— Eu acho que a campanha foi boa; eu não acho que a gente deva analisar o que foi feito no dia 25, mas sim o que foi feito no dia 15, quando todo mundo pensava que o processo seria julgado no dia 16. Então, o PT ocupou por dois dias

todas as páginas dos jornais, com atos em todos os grandes Estados, a ponto que companheiros foram colocados faixas em postes nas ruas. Nós hoje enfrentamos problemas que poucos partidos enfrentaram ao longo de sua história. O governo não está interessado em prejudicar a formação do PT através da via legal, isso está provado com a obtenção do registro provisório; ele, está interessado é em criar pânico entre os militantes, porque em Minas, muitos companheiros estão sendo processados hoje simplesmente porque pregavam cartazes contra a LSN. Se você analisar as manifestações a nível internacional, também a nível nacional, poucas vezes na história do Brasil um processo teve tanta repercussão como esse. Exatamente aí, em torno de um trabalho de 30 dias que foi feito. Eu acho que o ato público aqui foi um sucesso; reunir 5 mil pessoas, chamar a classe trabalhadora para escutar discursos, sem ter nenhuma proposta acabada é dosar muito a classe de ato público.

— **Você então não sente nenhum isolamento crescente do PT neste momento...**

— Nós sempre estivemos isolados no contexto sindical ou políticos; eu acho que a gente deve contar é com nós mesmos. Quando a gente diz que a classe trabalhadora só pode contar com ela mesma, embora isso pareça para alguns um obreirismo fanático, é a pura verdade.

— **Do ponto de vista legal, qual a sua expectativa quanto ao resultado do recurso ao STM pedindo a anulação do julgamento?**

— No dia em que eu fui condenado, meia hora antes, eu dizia que eu seria absolvido; e continuo dizendo isso. A não ser que a falta de bom senso tome conta desse país. No julgamento, os nossos advogados estavam amparados pelos réus, pela OAB, porque tudo foi feito dentro da lei, a lei prevê isso. Eu acho que o grande erro nosso foi acreditar que nesse país a lei é cumprida.

— **Como você acha que poderia ser melhorada a retomada da campanha contra a condenação daqui para frente?**

— Sinceramente eu não opino a respeito, porque eu não quero advogar em causa própria.

— **A gente se emocionou com as paralisações**

— **Você não acha que, por exemplo, a linha da campanha devia ser mais abrangente tentando envolver mais forças além do PT?**

— Numa questão como a da LSN, eu acredito que o PT não deva agir sozinho. Em função disso eu fui à Brasília, lá tivemos uma reunião com os presidentes dos outros partidos, tiramos uma nota conjunta e eu acredito que atos públicos dessa natureza devem ser feitos por todas as entidades.

— **E como melhorar a organização, por exemplo, para aproveitar**

o potencial revelado nas paralisações espontâneas que houve?

— Eu acredito que, sem menosprezo das outras manifestações, as paralisações espontâneas aqui em São Bernardo foram as mais significativas. Foi uma demonstração que está alerta para o nosso problema. É difícil dizer como a gente se sentiu quando soube das paralisações praticamente espontâneas, é uma solidariedade que acredito poucas vezes foi dada nesse país.

— **Então, face a esse potencial de protesto, você não acha que o PT não soube organizá-lo para tirar todas as consequências?**

— Pode parecer puritanismo, mas sequer eu convoquei um irmão meu para ir num ato contra a Lei de Segurança Nacional porque, se existem companheiros interessados em fazer isso, eles é que devem fazê-lo, não tem sentido eu ir na rua e chamar o pessoal para o ato público. É necessário que as outras pessoas descubram a necessidade de se fazer isso. Eu acho que houve falhas gritantes, muito desuso da gravidade do problema por muitas pessoas, mas acredito que essas pessoas daqui para frente vejam a necessidade de se mobilizar. Eu fico até constrangido... sabe; de repente vira um cara e fala: pô, você está querendo que a gente se mate por você...

II. A campanha salarial

— **Pulando agora para a campanha salarial, como estão as relações com a Junta?**

— A relação com a Junta é a melhor possível, os companheiros, desde que tomaram posse, eu só posso elogiar-lhes, porque são companheiros de tradição, de muita luta na nossa cidade. Os companheiros abriram o Sindicato, e vamos fazer a campanha salarial juntos, sem discriminação entre Junta e a antiga diretoria.

— **Como você está sentindo o grau de mobilização da categoria?**

— Eu acho que o ânimo da categoria está maior do que foi em 1978, 79 ou 80. Às vezes fico até surpreso de ver tanta disposição dos trabalhadores, acredito que é o grau de consciência que tomou conta de muita gente que os leva a serem esse ano muito mais dinâmicos do que no ano passado. Nós vamos ter agora a primeira grande assembleia convocada no Sindicato, e daí quem sabe nós já vamos chamar para uma assembleia na Vila Euclides, um parâmetro para ver como está o trabalhador, se quer ou não brigar.

— **E do lado patronal, como está a barra?**

— Apesar da mudança na FIESP, o pessoal que negociou com a gente ainda é o mesmo dos anos passados, os mesmos que radicalizaram no ano passado; nós vamos à mesa para fazer o pão. E eles que sempre chamavam os trabalhadores de radicais, devem saber que radicais são eles; e já não adianta acreditar que a gente não vai parar, porque está provado que a gente pára.

— **E na mesa de negociação, como é que fica a relação entre a Junta e a diretoria cassada?**

Um papo de duas horas do EM TEMPO com Lula onde ele bota a boca no trombone e fala de tudo: a farsa da condenação, a situação do PT, do ABC, os rumos do sindicalismo brasileiro e suas impressões da viagem ao exterior.

Por Flávio Andrade



— **Quem vai conduzir de fato a negociação vai ser a assembleia; eu não me preocupo com que vai sentar na mesa de negociações pelo lado dos trabalhadores.**

— **Você vê alguma mudança de rota para a campanha desse ano?**

— Não, não vejo. Dizem que eu estou fazendo auto-crítica da greve, não é isso; o que eu disse é que, se a gente tivesse parado a greve no 1º de Maio, quem sabe a gente poderia fazer outra greve 30 ou 40 dias depois, porque a greve teria parado no auge do movimento. Mas quem sou eu para fazer uma auto-crítica de uma greve de 100 mil pessoas? Eu acho que a gente não deve deixar uma greve acabar por si só, as lideranças devem acabá-la no momento oportuno, isso eu disse em 1978, 79 e 80, e digo de novo em 1981. A liderança tem de ter sensibilidade de perceber esse momento, e voltar organizada como nós voltamos em 79. Agora, eu faço questão de assumir total responsabilidade de tudo o que os meus companheiros fizeram no ano passado, mesmo quando eu estava na cadeia.

III. A retomada do sindicato

— **E mais para frente, e as eleições que virão depois da campanha?**

— O processo eleitoral do Sindicato, eu acredito que será tranquilo, mesmo que saiam chapas de oposição. Quer dizer, há um pessoal que pensa diferente de nós, o que eu acho bom, porque antes, só havia convergência em torno de nós aqui no Sindicato. A diretoria do Sindicato apresentará uma chapa composta de companheiros identificados realmente com a nossa linha de atuação sindical, independentemente dos companheiros estejam filiados a esse ou aquele partido político.

— **Parece que vai haver mais de uma chapa**

— Eu acho que o governo vai tentar meter o dedo; tentará, quem sabe, formar uma chapa diferente da que nós apoiámos. Estamos tranquilos que, contra o governo, ou contra quem quer que seja.

— **A expectativa então já é de sair mais de uma chapa?**

— Depois de tudo o que aconteceu nesses últimos anos aqui em São Bernardo, eu acredito que tenha gente que pense diferente de nós, ou porque tem outras idéias políticas, ou porque quer um cargo na diretoria.

— **IV. A situação do PT**

— **Passando agora as PT: como estão as filiações, as dificuldades na construção dos aparatos, os debates internos...**

— O grande problema do PT hoje é que a sua direção faz coisas demais. Chega num determinado momento, as suas lideranças tem de abandonar o trabalho partidário para dirigir as campanhas salariais etc. Eu acho que a gente tem de definir prioridades; e na minha opinião, a prioridade nº 1 do partido, hoje, é o processo de filiação e de nucleação, para a convenção de junho! Eu acho que qualquer outra coisa que a gente discuta hoje no partido, significa criar impedimento para isso. Depois, a gente tem tempo de discutir todo o resto; agora, a filiação tem de ser até junho.

Então, isso é preciso ser levado à frente agora, nesses três meses. Acabou a hora de divergir que o Lula tem cabelo grande ou curto, se o fulano escreve no EM TEMPO ou no Companheiro; agora é hora de filiar, de ir para a rua, para o bairro.

— **Então, isso é preciso ser levado à frente agora, nesses três meses. Acabou a hora de divergir que o Lula tem cabelo grande ou curto, se o fulano escreve no EM TEMPO ou no Companheiro; agora é hora de filiar, de ir para a rua, para o bairro.**

— **Então, isso é preciso ser levado à frente agora, nesses três meses. Acabou a hora de divergir que o Lula tem cabelo grande ou curto, se o fulano escreve no EM TEMPO ou no Companheiro; agora é hora de filiar, de ir para a rua, para o bairro.**

— **Então, isso é preciso ser levado à frente agora, nesses três meses. Acabou a hora de divergir que o Lula tem cabelo grande ou curto, se o fulano escreve no EM TEMPO ou no Companheiro; agora é hora de filiar, de ir para a rua, para o bairro.**

— **Então, isso é preciso ser levado à frente agora, nesses três meses. Acabou a hora de divergir que o Lula tem cabelo grande ou curto, se o fulano escreve no EM TEMPO ou no Companheiro; agora é hora de filiar, de ir para a rua, para o bairro.**

— **Então, isso é preciso ser levado à frente agora, nesses três meses. Acabou a hora de divergir que o Lula tem cabelo grande ou curto, se o fulano escreve no EM TEMPO ou no Companheiro; agora é hora de filiar, de ir para a rua, para o bairro.**

— **Então, isso é preciso ser levado à frente agora, nesses três meses. Acabou a hora de divergir que o Lula tem cabelo grande ou curto, se o fulano escreve no EM TEMPO ou no Companheiro; agora é hora de filiar, de ir para a rua, para o bairro.**

— **Então, isso é preciso ser levado à frente agora, nesses três meses. Acabou a hora de divergir que o Lula tem cabelo grande ou curto, se o fulano escreve no EM TEMPO ou no Companheiro; agora é hora de filiar, de ir para a rua, para o bairro.**

— **Então, isso é preciso ser levado à frente agora, nesses três meses. Acabou a hora de divergir que o Lula tem cabelo grande ou curto, se o fulano escreve no EM TEMPO ou no Companheiro; agora é hora de filiar, de ir para a rua, para o bairro.**

— **Então, isso é preciso ser levado à frente agora, nesses três meses. Acabou a hora de divergir que o Lula tem cabelo grande ou curto, se o fulano escreve no EM TEMPO ou no Companheiro; agora é hora de filiar, de ir para a rua, para o bairro.**

— **Então, isso é preciso ser levado à frente agora, nesses três meses. Acabou a hora de divergir que o Lula tem cabelo grande ou curto, se o fulano escreve no EM TEMPO ou no Companheiro; agora é hora de filiar, de ir para a rua, para o bairro.**

— **Então, isso é preciso ser levado à frente agora, nesses três meses. Acabou a hora de divergir que o Lula tem cabelo grande ou curto, se o fulano escreve no EM TEMPO ou no Companheiro; agora é hora de filiar, de ir para a rua, para o bairro.**

— **Então, isso é preciso ser levado à frente agora, nesses três meses. Acabou a hora de divergir que o Lula tem cabelo grande ou curto, se o fulano escreve no EM TEMPO ou no Companheiro; agora é hora de filiar, de ir para a rua, para o bairro.**

— **Então, isso é preciso ser levado à frente agora, nesses três meses. Acabou a hora de divergir que o Lula tem cabelo grande ou curto, se o fulano escreve no EM TEMPO ou no Companheiro; agora é hora de filiar, de ir para a rua, para o bairro.**

— **Então, isso é preciso ser levado à frente agora, nesses três meses. Acabou a hora de divergir que o Lula tem cabelo grande ou curto, se o fulano escreve no EM TEMPO ou no Companheiro; agora é hora de filiar, de ir para a rua, para o bairro.**

— **Então, isso é preciso ser levado à frente agora, nesses três meses. Acabou a hora de divergir que o Lula tem cabelo grande ou curto, se o fulano escreve no EM TEMPO ou no Companheiro; agora é hora de filiar, de ir para a rua, para o bairro.**

— **Então, isso é preciso ser levado à frente agora, nesses três meses. Acabou a hora de divergir que o Lula tem cabelo grande ou curto, se o fulano escreve no EM TEMPO ou no Companheiro; agora é hora de filiar, de ir para a rua, para o bairro.**

— **Então, isso é preciso ser levado à frente agora, nesses três meses. Acabou a hora de divergir que o Lula tem cabelo grande ou curto, se o fulano escreve no EM TEMPO ou no Companheiro; agora é hora de filiar, de ir para a rua, para o bairro.**

— **Então, isso é preciso ser levado à frente agora, nesses três meses. Acabou a hora de divergir que o Lula tem cabelo grande ou curto, se o fulano escreve no EM TEMPO ou no Companheiro; agora é hora de filiar, de ir para a rua, para o bairro.**

— **Então, isso é preciso ser levado à frente agora, nesses três meses. Acabou a hora de divergir que o Lula tem cabelo grande ou curto, se o fulano escreve no EM TEMPO ou no Companheiro; agora é hora de filiar, de ir para a rua, para o bairro.**

— **Então, isso é preciso ser levado à frente agora, nesses três meses. Acabou a hora de divergir que o Lula tem cabelo grande ou curto, se o fulano escreve no EM TEMPO ou no Companheiro; agora é hora de filiar, de ir para a rua, para o bairro.**

— **Então, isso é preciso ser levado à frente agora, nesses três meses. Acabou a hora de divergir que o Lula tem cabelo grande ou curto, se o fulano escreve no EM TEMPO ou no Companheiro; agora é hora de filiar, de ir para a rua, para o bairro.**

— **Então, isso é preciso ser levado à frente agora, nesses três meses. Acabou a hora de divergir que o Lula tem cabelo grande ou curto, se o fulano escreve no EM TEMPO ou no Companheiro; agora é hora de filiar, de ir para a rua, para o bairro.**

— **Então, isso é preciso ser levado à frente agora, nesses três meses. Acabou a hora de divergir que o Lula tem cabelo grande ou curto, se o fulano escreve no EM TEMPO ou no Companheiro; agora é hora de filiar, de ir para a rua, para o bairro.**

— **Então, isso é preciso ser levado à frente agora, nesses três meses. Acabou a hora de divergir que o Lula tem cabelo grande ou curto, se o fulano escreve no EM TEMPO ou no Companheiro; agora é hora de filiar, de ir para a rua, para o bairro.**

temos hoje uma meta concreta: existe uma coisa chamada classe trabalhadora que nunca teve o mínimo de chance neste país, que nunca foi organizada politicamente, que nunca foi chamada a lutar em cima de suas reivindicações concretas.

Eu cito este fato para sair no EM TEMPO, tá? No Rio Grande do Sul eu tive um debate com um jornal: o companheiro dava a entender que ele era ligado a algum setor de esquerda... um setor de esquerda que eu não vou muito com a cara... mas filiado ao PMDB. E este companheiro teve a petulância de me questionar que... pôrra, que este PT não é revolucionário, sabe? Que partido tem que ser revolucionário, sabe? E eu falei assim: escuta aqui ô seu... você vem me questionar que o PT não é revolucionário; e o PMDB é? Ora, você tá num partido deste e ainda vem me questionar porque eu estou no PT? Ai falou: não, mas o PT não propõe a revolução. E eu falei: não propõe mesmo, sabe; não propõe mesmo. A classe trabalhadora não está propondo isso hoje. O dia que ela propôr ela vai fazer; não vai só propôr não.

Então é isso; nós temos que ter sensibilidade para discutir aquilo que o povo está interessado. O erro que nós não podemos voltar a cometer é de impedir que o povo ande com as suas próprias pernas e pense pela sua própria cabeça.

— **Mas em geral não se propõe a constituinte no sentido ingênuo de ganhá-la, e hoje, dos donos do poder. Propõe-se a constituinte como uma bandeira global contra a ditadura, que propicie desencaixar um processo de lutas dos trabalhadores e demais forças democráticas, com vistas ao fim do regime e à conquista do poder; uma bandeira que propicie acumular e organizar forças democráticas neste sentido. No que esta luta vai dar, se numa constituinte com Figueiredo ou com Lula, ou nos trabalhadores no poder sem nenhuma constituinte, isto é algo que vai depender da correlação de forças que se acumule neste processo. Agora, o importante é por este processo em marcha; e é aí, para questionar a ditadura de alto a baixo e acenar com uma alternativa legítima, é que entra a constituinte hoje...**

— **Ora, sabe, eu acho que na hora que for desencaixado o processo de lutas, eu acho muito difícil que o povo venha a querer uma constituinte. E jamais quem estiver no poder lutando contra a classe trabalhadora vai permitir que haja uma constituinte numa boa. Agora, eu acho que o tema é interessante; mesmo porque no Brasil nós temos muitos reformistas e aí, sabe, cabe esta discussão. Eu acho por exemplo que as pessoas têm a vergonha de dizer para a classe trabalhadora que elas estão querendo apenas um ordenamento jurídico que lhes dê um pouco mais de espaço mas sem mexer nas estruturas.**

— **E é por isso que eu acho que nós**

— **Eu acho que o governo vai tentar meter o dedo; tentará, quem sabe, formar uma chapa diferente da que nós apoiámos. Estamos tranquilos que, contra o governo, ou contra quem quer que seja.**

— **Eu acho que o governo vai tentar meter o dedo; tentará, quem sabe, formar uma chapa diferente da que nós apoiámos. Estamos tranquilos que, contra o governo, ou contra quem quer que seja.**

— **Eu acho que o governo vai tentar meter o dedo; tentará, quem sabe, formar uma chapa diferente da que nós apoiámos. Estamos tranquilos que, contra o governo, ou contra quem quer que seja.**

— **Eu acho que o governo vai tentar meter o dedo; tentará, quem sabe, formar uma chapa diferente da que nós apoiámos. Estamos tranquilos que, contra o governo, ou contra quem quer que seja.**

— **Eu acho que o governo vai tentar meter o dedo; tentará, quem sabe, formar uma chapa diferente da que nós apoiámos. Estamos tranquilos que, contra o governo, ou contra quem quer que seja.**

— **Eu acho que o governo vai tentar meter o dedo; tentará, quem sabe, formar uma chapa diferente da que nós apoiámos. Estamos tranquilos que, contra o governo, ou contra quem quer que seja.**

— **Eu acho que o governo vai tentar meter o dedo; tentará, quem sabe, formar uma chapa diferente da que nós apoiámos. Estamos tranquilos que, contra o governo, ou contra quem quer que seja.**

— **Eu acho que o governo vai tentar meter o dedo; tentará, quem sabe, formar uma chapa diferente da que nós apoiámos. Estamos tranquilos que, contra o governo, ou contra quem quer que seja.**

— **Eu acho que o governo vai tentar meter o dedo; tentará, quem sabe, formar uma chapa diferente da que nós apoiámos. Estamos tranquilos que, contra o governo, ou contra quem quer que seja.**

partido para ser independente não basta ter linha tem que ter grana também. Já é hora de lançarmos uma campanha dentro do PT para educação de todos os núcleos e comissões municipais nesta questão; e nisto as municipais tem fraquejado. É um absurdo que enquanto no nordeste tem trabalhador que monta a sede do PT no seu quintal aqui em São Paulo haja pessoas que não contribuem com um cruzeiro sequer para o partido.

V. Pluralismo ou sindicato único?

— **Voltando ao movimento sindical, mas num plano mais geral: o CONCLAT está sendo retomado; tem aí agora a reunião do dia 21/3. O que você espera dele?**

— Olha; eu só posso dizer depois da reunião. O CONCLAT tem sido usado muito mais como palavras do que como coisa concreta.

— **Em entrevista recente à IstoÉ você deu declarações novas a respeito do problema da unicidade ou pluralismo sindical...**

— Eu não dei declarações novas. Isto já estava num livro de 1978.

O que eu acho é o seguinte: eu não defendo o pluralismo sindical; a única coisa que eu estou achando que é necessário abrir um debate urgente sobre esta questão, da concepção de liberdade e autonomia sindical de uma vez por todas. Porque que o sindicalismo italiano não é único, e hoje, sem dúvida é o sindicalismo mais combativo de toda a Europa. A Polónia está também dando uma demonstração disso; de que se precisamos criar uma alternativa para que se abrisse uma perspectiva melhor. Porque o que a gente quer na verdade é que se permita à classe trabalhadora dizer que tipo de sindicato ela quer. Eu acredito que os trabalhadores terão sabedoria para escolher o melhor tipo de sindicato que lhes convém, mas que isso passasse por um debate sério para a gente compreender por exemplo a situação da Espanha com a UGT e as CCOO, da Itália, de uma série de sindicatos pelo mundo afora. Agora veja; também não posso ser contra o sindicato plural porque não tivemos nenhuma experiência aqui no Brasil.

— **Antes de mais nada é necessário a gente definir esquerda. Porque eu duvido que tenha dentro do partido um cara mais de esquerda do que eu. Entretanto não estou subordinado a nenhuma sigla, a nenhum dogma; estou subordinado ao PT, aquilo que é tradição de luta da classe trabalhadora. Não sou de esquerda dogmática não; porque deu certo em determinado lugar, porque Trotski falava isto e Lenin falava aquilo; não sou isso não, sabe. Sou de esquerda porque às vezes o estômago da classe trabalhadora fala muito mais alto do que muitos hrvos que se lê. Agora eu acho que alguns setores de esquerda têm tido um comportamento muito melhor do que se poderia esperar; achava que as pessoas seriam mais sectárias, mas aos poucos elas vão se transformando dentro do PT.**

— **Uma outra tema que tem sido discutido dentro do PT é a sua relação com as demais correntes de esquerda. Como você vê a questão?**

— **Um outro tema que tem sido discutido dentro do PT é a sua relação com as demais correntes de esquerda. Como você vê a questão?**

— **Um outro tema que tem sido discutido dentro do PT é a sua relação com as demais correntes de esquerda. Como você vê a questão?**

— **Um outro tema que tem sido discutido dentro do PT é a sua relação com as demais correntes de esquerda. Como você vê a questão?**

— **Um outro tema que tem sido discutido dentro do PT é a sua relação com as demais correntes de esquerda. Como você vê a questão?**

— **Um outro tema que tem sido discutido dentro do PT é a sua relação com as demais correntes de esquerda. Como você vê a questão?**

— **Um outro tema que tem sido discutido dentro do PT é a sua relação com as demais correntes de esquerda. Como você vê a questão?**

— **Um outro tema que tem sido discutido dentro do PT é a sua relação com as demais correntes de esquerda. Como você vê a questão?**

— **Um outro tema que tem sido discutido dentro do PT é a sua relação com as demais correntes de esquerda. Como você vê a questão?**

cato único ou não, mas sim da burocracia, do partido único, do controle estatal sobre os sindicatos, da degeneração burocrática da revolução enfim... O que se levanta concretamente contra o pluralismo sindical é que ele abre a brecha para o divisionismo da classe trabalhadora na base mesmo das lutas corporativas...

— **Não; o que eu acho é que se deve abrir a brecha para se discutir o que os trabalhadores querem.**

— **Vejam os dados por outro lado. O fato de você estar levantando este debate agora com mais ênfase não é sintomático de algo novo no movimento sindical brasileiro. No caso, eu usaria dizer, não é sintomático do avanço que pelegos reciclados, juntamente com forças reformistas, e gozando em certa medida de relativa tolerância do governo, do avanço que esta corrente vem demonstrando no movimento em termos de manutenção de aparelhos e capacidade de articulação de uma linha anti-autêntica, para ser mais claro, uma linha de colaboração de classes?**

— **Não... não... ora, não estou preocupado em brigar com a "unidade sindical". Esta unidade sindical, teórica, ela já nasceu morta, porque o dia em que tivermos a capacidade de fazer uma proposta que contemple toda a classe trabalhadora, e não apenas os dirigentes sindicais, a unidade estará feita neste país. A gente poderia pegar por exemplo o ENTOES, com o qual eu não estou de acordo com a sua linha, mas que conseguiu reunir muito mais dirigentes sindicais do que a "unidade sindical".**

— **Eu não acho, por outro lado, que o sindicalismo autêntico esteja perdendo terreno; pelo contrário há várias vitórias a nosso favor ultimamente, como há também alguns casos em que, por falta de um maior trabalho de base, não se conseguiu vitórias. E como há também, ainda, outros onde o problema, é preciso entender, é que é difícil de se ganhar a máquina de um sindicato quando ela está totalmente podre, totalmente corrompida, quando os dirigentes sindicais a todo preço não querem sair.**

— **Há uma investida muito grande do governo no sentido de massificar este sindicalismo, é verdade, mas isto não é novidade não. Novidade é o sindicalismo autêntico sair vitorioso contra tudo e todos em vários pleitos pelo Brasil afora. Os pelegos se manterem é que é o normal.**

— **Há uma investida muito grande do governo no sentido de massificar este sindicalismo, é verdade, mas isto não é novidade não. Novidade é o sindicalismo autêntico sair vitorioso contra tudo e todos em vários pleitos pelo Brasil afora. Os pelegos se manterem é que é o normal.**

— **Há uma investida muito grande do governo no sentido de massificar este sindicalismo, é verdade, mas isto não é novidade não. Novidade é o sindicalismo autêntico sair vitorioso contra tudo e todos em vários pleitos pelo Brasil afora. Os pelegos se manterem é que é o normal.**

— **Há uma investida muito grande do governo no sentido de massificar este sindicalismo, é verdade, mas isto não é novidade não. Novidade é o sindicalismo autêntico sair vitorioso contra tudo e todos em vários pleitos pelo Brasil afora. Os pelegos se manterem é que é o normal.**

— **Há uma investida muito grande do governo no sentido de massificar este sindicalismo, é verdade, mas isto não é novidade não. Novidade é o sindicalismo autêntico sair vitorioso contra tudo e todos em vários pleitos pelo Brasil afora. Os pelegos se manterem é que é o normal.**

— **Há uma investida muito grande do governo no sentido de massificar este sindicalismo, é verdade, mas isto não é novidade não. Novidade é o sindicalismo autêntico sair vitorioso contra tudo e todos em vários pleitos pelo Brasil afora. Os pelegos se manterem é que é o normal.**

— **Há uma investida muito grande do governo no sentido de massificar este sindicalismo, é verdade, mas isto não é novidade não. Novidade é o sindicalismo autêntico sair vitorioso contra tudo e todos em vários pleitos pelo Brasil afora. Os pelegos se manterem é que é o normal.**

— **Há uma investida muito grande do governo no sentido de massificar este sindicalismo, é verdade, mas isto não é novidade não. Novidade é o sindicalismo autêntico sair vitorioso contra tudo e todos em vários pleitos pelo Brasil afora. Os pelegos se manterem é que é o normal.**

— **Há uma investida muito grande do governo no sentido de massificar este sindicalismo, é verdade, mas isto não é novidade não. Novidade é o sindicalismo autêntico sair vitorioso contra tudo e todos em vários pleitos pelo Brasil afora. Os pelegos se manterem é que é o normal.**

— **Há uma investida muito grande do governo no sentido de massificar este sindicalismo, é verdade, mas isto não é novidade não. Novidade é o sindicalismo autêntico sair vitorioso contra tudo e todos em vários pleitos pelo Brasil afora. Os pelegos se manterem é que é o normal.**

— **Há uma investida muito grande do governo no sentido de massificar este sindicalismo, é verdade, mas isto não é novidade não. Novidade é o sindicalismo autêntico sair vitorioso contra tudo e todos em vários pleitos pelo Brasil afora. Os pelegos se manterem é que é o normal.**

— **Há uma investida muito grande do governo no sentido de massificar este sindicalismo, é verdade, mas isto não é novidade não. Novidade é o sindicalismo autêntico sair vitorioso contra tudo e todos em vários pleitos pelo Brasil afora. Os pelegos se manterem é que é o normal.**

Motoristas pedem passagem

Os condutores de veículos parecem acertar os relógios no país inteiro. Em S. Paulo, o sindicato (70 mil trabalhadores na base) já realizou cerca de 40 reuniões preparatórias da campanha salarial. Em Pernambuco, motoristas de usinas e engenhos ameaçam paralisação. No ABC, correm juntas as campanhas eleitoral e salarial. E tem mais ainda nos outros Estados.

Os motoristas do ABC vão às urnas, pela quarta vez em cerca de 12 meses, para escolher a diretoria do seu sindicato. Muitos deles já se perguntam, intrigados: por que a chapa 2 ainda não tomou posse? Afinal, depois de três escrutínios, em que obteve a vitória driblando as tentativas de fraude e irregularidades provocados pelos pelegos (a última vitória foi de 1571, a 361), a oposição parece que chega agora à reta final. Os opositoristas tiveram que pressionar para que o Ministério, a DRT e a Junta Interventora engolissem o novo pleito. O Delegado do Trabalho chegou a propor a realização das eleições desde que a oposição retirasse os mandatos que tinha impetrado. Como uma coisa não tem nada a ver com a outra, as duas coisas continuam: eleições e mandatos.

Para as eleições que, em primeira votação ocorrem de 29 de abril a 3 de maio (com feriado e fim de semana no meio...), registraram-se 3 chapas: a 1 (situação), 2 (oposição) e 3 (composta por elementos da Junta Interventora). A categoria congrega 25 mil trabalhadores, dos quais cerca de três mil são associados. Se não der quorum na 1ª votação, teremos novos escrutínios em 19/23 de maio e 9/13 de junho.

A Junta Interventora parece não confiar ainda na sua capacidade de manipulação eleitoral e, ao que tudo indica, aposta na possibilidade de não dar quorum. Por via das dúvidas, já lançou mão de alguns expedientes habituais para criar igrejinhas. O irmão do encabeçador da "chapa interventora" já foi nomeado para "cuidar" da subseção de S. Bernardo (a sede é em Sto. André). Além disso, as pressões patronais já começam a aparecer mais descaradamente. A Viação São Camilo demitiu Aparecido Valério e José Aparecido Silva, candidatos da oposição, mesmo depois do registro da chapa, o que é ilegal. A proposta da empresa era readmissão em troca de abandonar a chapa. A mesma proposta foi feita pela Turismo S. Bernardo a José Antonio e Antonio Moreira, também ilegalmente demitidos. Demissões irregulares também ocorreram na Viação Diadema, Ropeva, Viação Garcia e Apolo Telecomunicações.

Os empresários tem suas razões. Afinal,

os motoristas do ABC começam a lutar mais organizadamente, e um sindicato opositorista aí seria uma terrível dor de cabeça. Já na greve de 1979 (juntamente com São Paulo), o pessoal do volante conseguiu equiparar seus salários com os companheiros da capital, além de forçar a unificação das duas datas-base (o que sai este ano). Enquanto a Junta divulga panfleto jogando água na fervura, aconselhando os trabalhadores a esperar "o que vier de São Paulo", a oposição pretende encaminhar as duas campanhas — a eleitoral e a salarial — reivindicando, entre outras coisas: delegado sindical, estabilidade no emprego, a volta do cobrador (motorista no ABC também cobra passagem), o fim das "duas pegadas" (divisão da jornada de trabalho em duas fases de "rush") e fornecimento gratuito do fardamento pelas empresas.

A partir das denúncias publicadas pelo ET (nº 114 e 115), comprovando as dedurações do presidente do seu sindicato, os rodoviários do R.G. do Sul partiram prós cabeças e reorganizaram a oposição sindical, lançando seu boletim (**Carga Pesada**). Com uma série de denúncias sobre o comportamento do pelego e policial o boletim defende a "oposição a uma diretoria subordinada servilmente ao Ministério do Trabalho, aos patrões e aos órgãos de segurança".

Começam as repercussões da mudança de direção no Sindicato dos Motoristas de Belém (ver ET nº 123). Após a posse, a nova diretoria, já realizou várias assembleias gerais, criou um jornal e elevou o número de sindicalizados de 441 para 2.500. A confiança da categoria no Sindicato tem despertado novas lutas, inclusive várias paralisações de solidariedade, contra prisões e punições impostas pelas empresas a funcionários, na tentativa de manter o regime de super exploração. Foi assim na Auto Viação Icoaraciense e Nova Marambaia. E pelo jeito vai continuar. Sinal Aberto.



Piquetão

R.G. Sul

Oito mil camponeses reunidos

Cerca de oito mil pessoas, com representação de 40 municípios, se reuniram na 4ª Romaria da Terra nas Ruínas de São Miguel, para debater o tema "terra e saúde". O encontro — que contou com a participação de várias diretorias de sindicatos rurais combativos, além de personalidades religiosas ligadas às lutas camponesas — foi marcado por críticas ao Furrural e à Previdência Social, que poderiam ser sintetizadas no trinômio "ineficiência, ostentação, corrupção".

Também a questão da terra foi discutida, levantando-se as experiências de luta pela posse no Estado, além das construções de barragens, que ameaçam 300 mil famílias. Também se debateu o preço dos produtos agrícolas, fixados de maneira a favorecer as agroindústrias e os comerciantes em detrimento, principalmente, dos pequenos produtores (uva, fumo, cebola), que reivindicam o tabelamento dos preços mínimos já no período do plantio, e não apenas na época da colheita. O encontro promete ter desdobramentos nos sindicatos e paróquias da região.

(V. Menezes)

R.G. Sul

Oposição no CPERS

Articula-se, desde a assembleia que finalizou a greve em novembro passado, um movimento que, dentro do Centro dos Professores do Estado do RGS (CPERS), luta por uma "educação libertadora e um CPERS realmente democrático". Com uma posição crítica à atual direção do CPERS, o movimento ("Participação") se diferencia também do Movimento de União dos Trabalhadores da Educação (MUTE), a quem critica por "não respeitar as decisões unitárias nas instâncias decisórias das frentes de massa". **Participação** organiza, para 14/3, a sua convenção, visando as eleições, marcadas para abril.

R.G. Sul

Pelegos do PDT em ação

A diretoria recentemente eleita do Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo (RS), comprovou nas negociações da greve da Taurus, que se arrastaram de dezembro até janeiro/81, que realmente faz questão de servir aos patrões. Depois de tirar o corpo fora, no primeiro momento, voltou para pressionar os grevistas a aceitar a ordem de volta ao trabalho. Os

patrões prometeram aceitar as reivindicações centrais dos operários, mas esperaram esfriar a situação para não concedê-las e demitir vários grevistas. A diretoria do Sindicato, que não esconde as suas simpatias pelo Partido Democrático Trabalhista, simplesmente "lavou as mãos". Haja sabão!

R.G. Sul e Pará

Delegado sindical com estabilidade

O TRT de Porto Alegre confirmou a estabilidade dos delegados sindicais dos trabalhadores da indústria de alimentação de Uruguaiana. A decisão (de 11/2) confirma ato de abril/80, no julgamento do dissídio. Assim, são atingidos pela medida um representante de cada uma das 48 empresas do ramo. Um precedente importante, também registrado entre os gráficos de Belém (Pará), no dissídio de janeiro/80.

Belém

Tijolada no pelego da construção civil

A oposição sindical da construção civil de Belém registrou chapa para concorrer às eleições (12/13 de março) do sindicato. A chapa 1, apoiada pela atual diretoria, pelo infalível HP e pela Federação das Indústrias representa a continuidade de 12 anos de peleguismo. Já está com medo de cair do andaime.

E. Santo

Oposição perde nos ferroviários

O Sindicato dos "ferroviários" reúne, na verdade, nove mil associados entre os 20 mil funcionários — ferroviários ou não — da Companhia Vale do Rio Doce. Atingindo uma base territorial que se espalha por Minas, Rio de Janeiro e, principalmente Vitória (ES), a sua posição é estratégica nesta última cidade, onde os trabalhadores vêm de recente vitória contra o peleguismo, retomando a direção do Sindicato da Construção Civil. Contudo, a chapa 4, de oposição, não conseguiu a vitória, concorrendo com três outras chapas, duas das quais com elementos da atual diretoria. A terceira, apoiada por alguns setores do PMDB local, é encabeçada por funcionários bem relacionados com os "altos escalões da empresa". Agora, a jovem oposição prepara o trabalho para as próximas batalhas.

BH: Revivendo 1979

Golpe do pelego, pequenas paralisações e pancadaria da polícia.

Domingo, dia 8 de março, Belo Horizonte pareceu por algumas horas reviver 1979, quando ondas sucessivas de grevistas de todas as categorias disputavam o espaço das ruas com a polícia. Eram cerca de dois mil motoristas e trocadores de ônibus, que iniciavam um movimento grevista, fazendo piquetes e manifestando-se nas ruas. A ação de provocadores sobre a espontaneidade e pequena organização do movimento, literalmente repudiado pelo sindicato, levou a quebra-quebras de ônibus, abrindo amplo espaço para a violência policial: espancamentos, tropas de choque nas ruas, prisões.

Tudo começou numa assembleia com quase 10 mil motoristas, trocadores e

fiscais, às 9 da manhã, resultado de cerca de um mês de campanha salarial.

A proposta dos patrões foi amplamente rejeitada pela assembleia, mas a decisão do que fazer a partir daí ficou confusa. O final tumultuado deixou na cabeça dos motoristas a ideia da greve e na do pelego Teodoro, presidente do Sindicato dos Rodoviários, a do dissídio coletivo "aprovado por unanimidade" nas suas palavras. O que ele não consegue explicar são os dois mil motoristas e trocadores que saíram às ruas a seguir e as centenas de ônibus que pararam durante toda a manhã de domingo. Para ele, como para Francelino Pereira e para os policiais do DOPS, eram "elementos estranhos" a categoria.

Professores

Associação Nacional de Docentes

Uma entidade nascida da mobilização grevista

Nos dias 17 a 20 de fevereiro, em Campinas, os professores universitários de todo o país realizaram o seu I Congresso, com um saldo importantíssimo: a criação de sua entidade nacional, a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES), englobando docentes de todas as universidades do país (autárquicas, estaduais, fundações, particulares). Participaram 300 delegados, representando 30 mil professores organizados em 70 Associações de Docentes.

Para avaliar os resultados do Congresso e os rumos do movimento dos docentes, EM TEMPO ouviu Roberto Martins, professor da UFMG, que foi membro do Comando Geral da greve das Universidades federais autárquicas e que participou do Congresso como delegado.

— Quais foram os principais resultados do Congresso?

— O Congresso definiu um conjunto de lutas a serem encaminhadas este ano, com estas prioridades: luta pela democratização da universidade; luta pelo reajuste semestral (ao lado dos demais funcionários públicos) e pelo enquadramento de todos os professores discriminados pelo projeto de carreira do magistério; uma campanha nacional contra as demissões sumárias de docentes, tanto de diretores de Associações, que têm acontecido principalmente nas escolas particulares, como de caráter ideológico, como aconteceu na PUC-Rio, onde professores foram demitidos sem outra explicação que não as suas idéias. Neste sentido está sendo convocada pela ANDES para dia 13 de março, um ato público na PUC-Rio, para protestar contra as demissões. Outro ponto importante foi a decisão de participar na luta pela democratização do país, definindo bandeiras como o direito de greve, a autonomia e liberdade sindical, as eleições diretas para todos os níveis, a extinção da LSN e da Lei dos Estrangeiros, o desmantelamento do aparato repressivo e a liberdade de organização partidária.

O mais importante, no entanto, foi a criação da ANDES, entidade nacional, baseada nas associações de docentes de cada universidade sem ser uma federação de associações. Foram definidos o estatuto e a diretoria provisórios, e marcado o próximo congresso para o ano que vem, seguido de eleições diretas para a primeira diretoria efetiva. O presidente eleito foi o professor Osvaldo Maciel, da federal de Santa Catarina, representando uma vitória das forças mais combativas do movimento dos professores, que se expressaram na greve das federais autárquicas de novembro do ano passado.

— Que pontos você destacaria numa avaliação crítica do Congresso?

— Houve pouca discussão política. As eleições como que fizeram sombra sobre as discussões e o que predominou foram as discussões de chapas, conchavos eleitorais. Nesse sentido, o conjunto dos delegados reagiu com grande maturidade política, protestando contra o excesso de conchavos e exigindo um "conchavão", uma convenção aberta, onde se lançassem todas as candidaturas e se discutisse amplamente as divergências.

Outro problema foi a regionalização do Congresso, que nós de Minas tentamos



Da Sucursal

evitar, mas que acabou se refletindo nas eleições. Isto é, não foram eleições por chapas, articuladas sobre uma visão política, mas por nomes, apresentados pelas regiões. Não resta dúvida de que foram nomes muito representativos, mas formou-se uma diretoria sem unidade política, que pode trazer problemas de direção para o movimento. Falou-se muito em unidade, mas pouco no que representa essa unidade em termos políticos, de conteúdo.

De qualquer forma, foi um grande salto qualitativo em termos de organização. O que tínhamos até agora era um conselho de associações, pouquíssimo ágil. Na greve isso ficou muito claro: tivemos um mês de reunião permanente sem conseguir efetivamente dirigir a greve. Para soltar

uma nota eram precisos dois dias de discussão.

— Daqui para a frente, para onde vai o movimento?

— Apesar da precariedade da discussão política, neste Congresso o movimento saiu da esfera do corporativo, dos salários, carreira do magistério, e resolveu abraçar a luta pela democratização do país. É um salto termos professores universitários se decidindo a assumir isso em face da situação anterior. Em 69, por exemplo, quando houve inúmeras cassações de professores, não houve nenhum protesto. Antes da greve de novembro, achava-se impossível a categoria se levantar do esmagamento político a que estava reduzida.

A combatividade que o Congresso

demonstrou tem muito a ver com essa greve das federais autárquicas, que foi o primeiro momento de um movimento nacional e de massas. Esse caráter de massas o movimento não vai perder. Quem tentar segurá-lo agora, vai ser atropelado.

O trabalho que a ANDES se propõe e, mais do que ela, o movimento dos professores universitários, além de tocar aquelas campanhas, é um vasto trabalho de organização de base, criando e fortalecendo associações de docentes. Apesar de já haver um nível de organização bastante grande, uma parcela significativa da categoria ainda não está organizada. Em Minas, por exemplo, o caso é extremo: de 35 instituições de ensino superior, só existem 4 ou 5 associações.

Estudantes

Londrina

Reitoria tenta fechar DCE-Livre

Por José Adalberto e Ademir Assunção

Aproveitando a desmobilização dos estudantes, devido ao Carnaval, no penúltimo dia de fevereiro, policiais armados com cassetetes cercaram a sede do Diretório Central dos Estudantes-Livre, na tentativa de cumprir a liminar que concedia a reintegração de posse do imóvel à Universidade Estadual de Londrina.

Com o comparecimento dos policiais armados com cassetetes, o clima foi ficando tenso e perigoso. No entanto, a notícia espalhou-se rapidamente.

Gritando palavras de ordem como "abaixo a repressão", "a UNE somos nós, nossa força e nossa voz", e fazendo discursos para denunciar o que estava acontecendo e tentar trazer mais pessoas ao local, os estudantes resistiam. Após várias tentativas de negociação entre os advogados do DCE e da Universidade, que se mostrava intransigente na sua posição de invadir a sede, os policiais receberam a ordem para cumprir a liminar. Os estudantes formaram um bloco compacto em frente ao imóvel e passaram a cantar o

Hino Nacional. Nesse momento, o advogado da Universidade, Lauro Zanetti recebeu telefonema do Secretário da Justiça do Paraná, o qual recomendava que não houvesse derramamento de sangue. A operação então foi suspensa e um acordo firmando a prorrogação do cumprimento da liminar foi assinado.

Essa foi a segunda tentativa de invasão da sede das entidades estudantis. No final de 1978, quando o DCE e as demais entidades foram fechadas e suas diretorias cassadas, os estudantes resistiram e não entregaram o imóvel, onde, na época, funcionava o Diretório Acadêmico da área de Saúde.

Após o fechamento do DCE em 78, o movimento estudantil passou por um processo de reestruturação de suas entidades.

Este processo culminou com a formação do DCE-Livre, no início do ano passado. E é justamente esse o motivo da tentativa de invasão da sede: a Reitoria da Universidade não reconhece o DCE-Livre como legítimo representante dos estudantes.

Durante o Carnaval, a notícia da tentativa de invasão da sede do DCE-Livre espalhou-se por todo o país e ganhou corpo na cidade de Londrina. A movimentação na entidade foi intensa. Já no dia seguinte ao da operação policial, chegaram à Londrina representantes de várias entidades estudantis, entre eles o presidente da UNE, Aldo Rebelo e o presidente da União Paranaense dos Estudantes. Vários senadores e deputados também vieram prestar seu apoio aos estudantes.

Foi formada uma comissão para tentar negociar com o Reitor José Carlos Pinotti.

Nada de concreto, porém, foi decidido na reunião. O Reitor Pinotti mostrou-se irredutível na sua posição de não reconhecer o DCE-Livre como legítimo representante dos estudantes.

Enquanto o impasse continua, os estudantes preparam-se para garantir a permanência do DCE-Livre em sua atual sede.

CHANACOMCHANA, o primeiro jornal lésbico do Brasil, declara:

"Por uma prática de erotizar a subversão"

Acaba de ser lançado em São Paulo o 1º jornal lésbico do Brasil, representando um marco dentro da evolução do movimento homossexual. Aqui uma reconstituição do movimento desde 1979.

Por Wilma Monteiro, Julio Dias Gaspar e Silvana Afram

A adesão de mulheres lésbicas no movimento feminista em São Paulo tem origem a partir de maio de 1979. Até esta época, as lésbicas faziam parte do Grupo SOMOS de Afirmação Homossexual, discutindo sua sexualidade juntamente com os homossexuais masculinos. Se inicialmente a sua aproximação com este grupo tenha se devido à sua condição de homossexuais, num segundo momento vai se formando a consciência de uma outra especificidade: que além de serem lésbicas eram também mulheres e que o homem, apesar de sofrer a mesma discriminação em sua sexualidade receberam influência de toda a educação machista que relega a mulher a segundo plano.

Apesar da discriminação sexual ser a mesma para os dois sexos, a lésbica começou a despertar para a necessidade de ter um espaço só delas, onde poderiam discutir a sua dupla discriminação: enquanto lésbica e enquanto mulher, formando a Fação Lésbica Feminista, que embora atuando com alguma independência, continua fazendo parte do SOMOS.

Participação das lésbicas no IIº CMP

Com a perspectiva do IIº Congresso da Mulher Paulista, realizado em março de 1980, cresce a aproximação com os grupos feministas. Apesar de uma participação mais ou menos frágil na coordenação desse Congresso, durante a sua realização, a atuação das lésbicas foi no sentido de alertar para o problema da violência. Foi contribuído o documento "Mulheres Violentadas", e montado um mural com fotos de lesbianas e textos do jornal *Lampião* "Amor entre Mulheres" e de Sojourner Truth, "Mas eu não sou uma mulher?", com o objetivo de levantar um debate sobre a questão lésbica. Tiveram ainda grande participação nas discussões de grupo, ressaltando a discriminação de sua sexualidade. Essa experiência de aproximação com os demais grupos feministas trouxe-lhes um avanço muito grande, apesar do medo e insegurança, dado que foi a primeira aparição em público assumindo sua condição lésbica.

O encontro dos grupos homossexuais

Em abril de 1980, aconteceu em São Paulo o I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO). Com a experiência recente do IIº Congresso da Mulher, a Fação Lésbica começa a intensificar a sua postura feminista, preparando várias pastas com documentos e bibliografia sobre a questão lésbica e feminista. Dentro de um Encontro de Bichas, como vinha sendo chamado, as mulheres homossexuais teriam que conquistar seu espaço. Durante o EGHO, discutiu-se muito a questão lésbica, o machismo dos homossexuais, a reprodução dos papéis da sociedade heterossexual patriarcal e levantou-se propostas de discussão sobre feminismo. Além disso teve uma atuação importante na venda de bônus para a greve de metalúrgicos do ABC.

Chegou-se à conclusão de que as mulheres deveriam se juntar em facções dentro dos grupos homossexuais para garantir o espaço de discussões sobre suas especifici-

dades. No mês seguinte, a Fação Lésbica separa-se definitivamente do grupo SOMOS, optando pela sua autonomia.

O Congresso de Valinhos

Em junho de 1980 aconteceu o I Encontro de Grupos Feministas, em Valinhos, Estado de São Paulo. Foi a partir daí que, de fato, se inicia o entrosamento efetivo das lésbicas com os grupos feministas. Foi a primeira vez que as lésbicas tiveram oportunidade de discutir a discriminação de que eram vítimas mesmo entre as mulheres esclarecidas, críticas e militantes do movimento feminista. Esta discussão foi importantíssima porque muitas dessas mulheres não tinham se dado conta que discriminavam outras mulheres apenas por sua sexualidade. A proposta lésbica era de que se discutisse "Discriminação

Em outubro de 1980 foi formado um novo grupo lésbico, Terra Maria - opção Lésbica, que veio enriquecer o Movimento e já em novembro, junto com a Ação Lésbica Feminista, participaram da Coordenação do IIIº Congresso da Mulher Paulista, que este ano foi organizado por regionais, estando os grupos lésbicos concentrados na região oeste. "Em nossos dias, os extremos entram em acordo para negar ao homem a liberdade de dispôr de sua epiderme". (Daniel Guérin).

Em reuniões de preparação deste Congresso, as lésbicas se viram diante de uma nova forma de violência: a de nível político — quando as "paladinas" da *Hora do Povo* em edição de 23/1/81 acusam as lésbicas de não assumirem sua condição de mulher, de imitarem os homens no que eles têm de mais caricatural, e de publicamente duvidarem da representatividade

opressão da mulher, secularmente praticada em todos os tipos de sistemas.

Para não cairmos na mesma prática, acreditamos que só em uma **Revolução socio/sexo/cultural** as pessoas terão desde a real liberdade de criação e produção, até a livre opção sexual.

A repressão da sexualidade, é sabido, destrói o germe positivo da subversão. Esta opressão é característica básica do autoritarismo que as brigadistas do HP incorporam à sua ideologia, e tem levado com perseverança inescrupulosa, usando para isto até a violência física.

Mas isso não intimidou as lésbicas de participarem ativamente durante a realização do Encontro Regional da Zona Oeste. Foi distribuído nos diversos grupos com 20 participantes, o documento "Lésbicas e Violência", onde é citada a violência sofrida nas instituições familiar, social, religiosa e política.

"A maioria das mulheres lésbicas sempre procuraram viver secretamente porque ao serem percebidas como homossexuais são desprezadas pela sociedade. Sabemos que um pequeno deslize custará nosso emprego, a família e os amigos..."

"...Nós lésbicas temos que pagar pesados tributos para sobreviver. Temos que desenvolver um forte sentimento de auto-estima para não enlouquecermos... Muitas enfrentam grandes desafios para conseguirem uma boa educação e um trabalho decente. Esta nossa impossibilidade de existência pública deixa-nos somente duas opções: o gueto ou a clandestinidade..."

"...Queremos espaços políticos a partir dos quais se possa resistir, onde podemos ter possibilidades de escolha, onde recusamos a opressão como natural, onde possamos criar alternativas de vida. Sabemos que o lesbianismo não é uma perversão, uma anomalia, uma recusa da castração, nem uma forma de sexualidade diferente, e sim, pura, clara e simplesmente uma **escolha política**."

No tema "Mulher e Violência" foi lido este documento, e o fato das lésbicas terem se diluído em diversos grupos possibilitou que a questão do homossexualismo fosse discutida por um maior número de mulheres participantes, ao contrário do ocorrido no Congresso passado.

O lançamento do jornal no IIIº Congresso

Por fim, foi lançado neste Congresso, "com muito orgulho", o primeiro jornal no Brasil — O CHANACOMCHANA. Este jornal, composto e editado por lésbicas organizadas e independentes, está aberto a toda e qualquer colaboração que possa vir a enriquecê-lo.

Com uma concepção absolutamente nova e ousada, temos aí o Movimento Lésbico com propostas de quebrar com os estereótipos, contrariar todo e qualquer tipo de padrões estabelecidos, acreditar no feminismo como a ideologia de transformação radical da sociedade e com uma prática de erotizar a subversão.

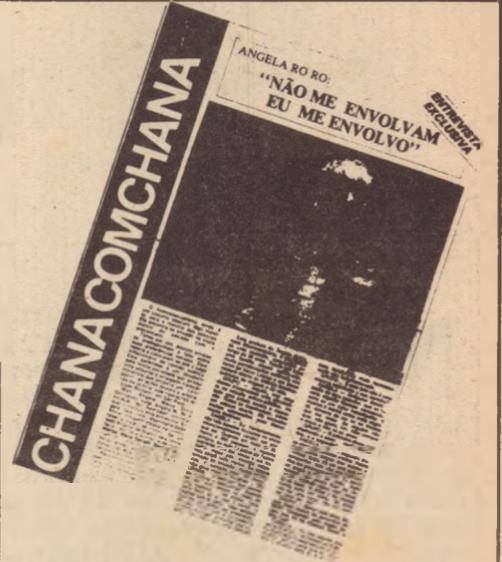


entre Mulheres" e "Sexualidade" além dos temas já propostos "Dupla Militância", "Autonomia do Movimento", etc. Dessas discussões surgiu a proposta de se criar uma "Comissão Contra a Violência", que mais tarde resultaria no SOS MULHER

Esta comissão foi o primeiro espaço onde se concretizou um trabalho conjunto entre mulheres homossexuais, bissexuais e heterossexuais que atuam lado a lado, respeitando suas especificidades.

da Coordenação por nela conter "sapatonas" tentando com isso desprestigiar esta Coordenação através destes ataques preconceituosos e sectários às lésbicas e feministas, utilizando-se desses chavões conhecidamente machistas.

No discurso das militantes do HP, nota-se claramente que elas só acreditam numa revolução apenas nas ações de produção, e isto é alimentar uma estrutura patriarcal que mantém a dominação



Mulheres

IIIº Congresso da Mulher Paulista Três mil comemoram a vitória

O desfecho do IIIº Congresso da Mulher Paulista com um ato público na Praça da Sé reunindo três mil pessoas no Dia Internacional da Mulher, e o encontro dissidente no Ginásio do Pacaembu.

Por Maria Tereza Verardo

Terminou dia 8 passado o IIIº Congresso da Mulher Paulista, depois de meses de duras batalhas que terminaram levando a uma cisão no movimento. Começando na PUC no dia 7, com 660 mulheres delegadas dos encontros regionais prévios, e terminando na Praça da Sé no dia seguinte com uma manifestação de três mil pessoas, a Coordenação dos grupos de mulheres que realizara os dois congressos anteriores encerrava agora o IIIº, depois de liaver reunido cerca de seis mil mulheres na sua primeira etapa. Ao mesmo tempo, no ginásio do Pacaembu, o grupo dissidente promovia igualmente seu encontro, auto-proclamando-se também o IIIº Congresso.

Esta divisão prometia, finalmente, uma certa paz para ambos os grupos quando na sexta feira (6/3) aparece nos jornais a notícia de que o diretor do DOPS, Romeu Tuma, havia enviado ofícios ao Secretário dos Esportes e à Reitora da PUC alertando sobre o perigo de ceder as instalações da PUC e do Pacaembu para congressos de mulheres patrocinados pelos grupos da *Hora do Povo*, do PT e do jornal *O Trabalho*.

Recomeçam as tensões. Há 12 horas do início do Congresso e ninguém sabia exatamente o que ia acontecer. Somente à noite chegou a confirmação que a nota nos jornais não ia alterar a decisão do Secretário dos Esportes em ceder o Pacaembu e da Reitora da PUC em ceder a Universidade para a realização dos encontros.

As delegadas na PUC

O dia 7, início da segunda fase do IIIº Congresso ficou dividido em duas partes: pela manhã houve a solenidade de abertura onde foram homenageadas a ex-presa política Inês Etienne Romeu, que recentemente denunciou torturas cometidas pelos órgãos de repressão do Rio de Janeiro e Zélia Magalhães, morta em 1949, no Rio de Janeiro, quando participava de comício contra a Lei de Segurança Nacional da época.

Presentes na solenidade de abertura várias pessoas comprometidas com a luta pela democracia e pela libertação da Mulher: Do PT estavam os deputados Sérgio Santos, Irma Passoni, João Batista Breda e Geraldo Siqueira. Do PMDB o deputado Fernando Moraes e o vereador Benedito Cintra. As esposas e mães dos líderes sindicais enquadrados na LSN, e Zuleika Alembert — ex-deputada estadual em 1946, organizadora do Comitê de Mulheres brasileiras no Chile e em Paris — foram homenageadas pelas congressistas.

Dos discursos de abertura destacam-se o da representante do Movimento Negro Unificado, Cleusa Aparecida da Silva, que falou sobre a tríplice opressão da mulher negra causada pelo homem negro, pelo homem branco e pelo sistema. A representante da Associação das Donas de Casa de Mauá, D. Ana de Souza, falou sobre a íntima ligação da luta contra a carestia e reforma agrária com a luta das mulheres, e Clara Shart, viúva de Carlos Marighela, que comparou a luta atual das feministas com as várias lutas das feministas desde a época do sufrágio. Colocou a luta atual como continuidade das lutas anteriores.



Flávia Schilling no dia 7 na PUC.

A primeira etapa do Congresso numa das regionais (acima à esquerda) e manifestação pelo Dia Internacional da Mulher

A segunda parte do dia foi reservada para que as delegadas, divididas em pequenos grupos, discutissem e tirassem as bandeiras de luta que deverão ser encaaminhadas pelos movimentos de mulheres durante todo o ano.

São quatro as principais campanhas, uma de cada tema discutido:

- Mulher e trabalho: Pelo direito da mulher ao trabalho, contra a discriminação;
- Mulher e Saúde: Contra o controle da natalidade imposto pelo governo, mas pelo direito ao planejamento familiar;
- Mulher e Trabalho (2): Pela construção de creches financiadas pelo estado, com controle dos pais e administradas por funcionários recrutados no bairro;
- Mulher e Política: Incentivar a participação das mulheres nos sindicatos, partidos políticos, entidades de bairro e movimentos democráticos.

Este último foi o único tema que causou alguns problemas. Ao grito de "Constituinte Livre e Soberana pro Brasil!", um pequeno grupo de pessoas liderado pelas representantes do jornal *Tribuna Operária* queriam a todo custo que passasse a bandeira da Constituinte, que dividia o plenário, já que nem todas as mulheres presentes a defendiam, e também porque as delegadas não tinham autoridade para se definirem por temas que não tinham sido discutidos em suas regiões.

A manifestação do dia 8

Com uma manifestação na Praça da Sé, que reuniu cerca de 3 mil pessoas apesar do temporal que desabou exatamente na hora do ato público, terminaram as comemorações do Dia Internacional da Mulher. Líderes das várias entidades feministas e femininas que organizaram o IIIº Congresso apresentaram oficialmente as resoluções do Congresso. Iara Prado, integrante da Sociedade Brasil Mulher e presidente da mesa do Congresso fez um discurso ressaltando que a luta das mulheres não se restringia à luta pelas especificidades: "Nós mulheres paulistas, queremos dizer um basta à Lei de Segurança Nacional que condena líderes sindicais, quere-

mos dar um basta à política do governo, à carestia e ao arbítrio que prende um Prêmio Nobel da Paz". E Irma Passoni falou em nome dos parlamentares presentes, condenando a política econômica do governo (estavam ainda presentes ao ato: Sérgio dos Santos e Eduardo Suplicy do

PT, Fernando Moraes, Antonio Resk e Aurélio Peres do PMDB).

O encontro das Dissidentes no Pacaembu

Com cerca de 500 participantes começou no sábado, dia 7, o encontro realizado pelo grupo dissidente da coordenação, identificado com o jornal *Hora do Povo*. Na mesa que abriu o encontro estavam os deputados do PMDB Samir Achôa e João Carlos (Diadema), o Presidente da Associação dos Radialistas, o Secretário Geral do Conselho das Sociedades Amigos de Bairro, o deputado do PDS Ruy Codo, e a representante do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Nair Maria. Um boletim de oito páginas, vendido a Cr\$ 30,00, continha as oito teses a serem discutidas no encontro.

As bandeiras de luta tiradas no dia seguinte, com cerca de 2.500 participantes, se referem a cada um dos temas discutidos: mulher e a luta contra a carestia, mulher e a luta pela educação dos filhos, mulher e a luta pela igualdade de direitos, mulher e a luta pela democracia (onde foi pedida uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana), a mulher e o trabalho, a mulher e a saúde (onde foi pedida a legalização do aborto) e, a organização política da mulher: onde se prevê um período de seis meses de estudos para a criação da Federação das Mulheres do Brasil.

O que pensam as delegadas do Congresso

EM TEMPO ouviu várias delegadas presentes no Congresso sobre os temas que foram debatidos e aprovados. Aqui, um apanhado de algumas opiniões.

● **Irma Passoni** — deputada do PT: "Este Congresso foi acima de tudo um ato político. Vários grupos tiveram que ceder até na definição de suas linhas políticas, para poderem chegar juntos. É um desafio democrático para as mulheres, manter esse espírito de trabalho apesar das divergências. De todos os temas, mulher e trabalho, onde a mulher é barrada só por ser mulher, mulher e saúde, creches, escola para os menores, a questão do adolescente e do serviço militar etc. o mais difícil é exatamente o tema mulher e política. Este congresso pode ser comparado ao parto. Foi uma gestação difícil, mas valeu a pena".

● **Sara Torres** — militante feminista argentina, delegada pelos grupos de mulheres argentinas para participar do Congresso da Mulher Paulista: "É maravilhoso encontrar reunidas tantas mulheres tão diferentes, mas fico muito confusa com a divisão das outras congressistas porque não vejo grande diferença de lutas. De qualquer modo estou achando tudo aqui muito organizado e fico muito entusiasmada com isso".

● **Maria José Almeida Borges** — 36 anos, casada, quatro filhos, moradora em Osasco: "É a primeira vez que participo de

um congresso. Achei que foi mais ou menos, poderia ser melhor. Das bandeiras eu gostei de melhores salários para a mulher, pela creche gratuita, por recursos profissionalizantes do Senai gratuitos para mulheres. Pra mim este congresso acrescentou muito no sentido de que ajuda a mulher a ter mais coragem. A mulher precisa lutar, se ela não lutar ninguém vai lutar por ela. Tenho a impressão de que terei um pouco mais de liberdade. E se de todas as bandeiras que saíram daqui uma só for levada em frente, já vai melhorar alguma coisa. Só a questão do aborto é que eu sou contra, minha religião é contra".

● **Wanda Rosa** — 26 anos, solteira, moradora em Guarulhos: "Vim participar desse congresso porque entrei no Grupo de PT de Guarulhos, e lá a gente discutiu o congresso, os temas. Foi diferente do ano passado que eu participei sem estar por dentro de nada, ficou tudo muito confuso; desta vez não. De todos os temas eu preferi o que coloca contra a discriminação da mulher no trabalho. Com relação ao aborto eu acho que precisa antes se ter mais conhecimento do próprio corpo, mais esclarecimento dos meios anticoncepcionais e só depois se falar de aborto".

Internacional

ESPAÑHA

A direita se assanha, a esquerda oficial se encolhe

O frustrado golpe do 23 de fevereiro na Espanha é o ponto máximo alcançado pelo processo de decomposição política sistemática em um país que, cinco anos atrás, vibrava de entusiasmo e esperança diante da perspectiva de uma mudança social profunda.

"A Espanha que boceja" foi o título dado recentemente (tomando um popular verso do poeta espanhol Antonio Machado) pelo diretor do jornal *El País* a um livro que desenha de maneira ácida a função dos partidos representados no Parlamento. Mas o tenente-coronel Tejero, ocupando o estrado com uma pistola na mão e no meio do estrondo de disparos e gritos, pôs de manifesto que a trabalhosa tarefa dos partidos reformistas para desmobilizar e desmoralizar os trabalhadores não foi suficiente para garantir que os deputados do PC e do PS possam cochilar com tranqüilidade nos seus lugares enquanto os partidos burgueses conduzem a ofensiva do capital.

O intento golpista, a princípio como uma aventura desesperada de um indivíduo fora do juízo, comprovou-se de imediato como uma conspiração na qual estavam implicados a maioria dos chefes militares e cuja cabeça era o general Alfonso Armada, secretário do Conselho Supremo do Exército e assessor militar do Rei.

Tendo em vista a alta graduação e a quantidade de oficiais conjurados, a pergunta que hoje se coloca é se a revolta foi efetivamente sufocada ou se, pelo contrário, o momento atual é apenas o interregno que culminaria com um golpe em toda a linha. Nem os analistas da imprensa burguesa, nem os líderes dos partidos operários majoritários responderam claramente a esta incógnita que mantém em suspense o povo espanhol.

Enquanto isso, o salvador da democracia e depositário do seu futuro é o Rei Juan Carlos, sucessor escolhido por Franco; isto é como dizer que o cordeiro ficou sob a guarda do lobo.

O porquê do golpe

Três fatos políticos relevantes balizam o crescendo que culminou em 23 de fevereiro: a renúncia de Suárez, a morte do engenheiro atômico José Maria Ryan em

Desde o tristemente famoso "Pacto de la Moncloa", em que renunciaram à luta em troca da "democracia", o PC e o PS da Espanha percorreram um caminho de capitulação em capitulação. Diante da ofensiva da direita, fazem agora a descoberta de que a garantia da democracia é ... o Rei escolhido por Franco!

Por Marcelo Zugadi



Juan Carlos: ontem entronizado por Franco, hoje reverenciado pela esquerda reformista como "o guardião da democracia"

mãos de um comando da ETA (a organização guerrilheira basca) e a grande manifestação de repulsa que este fato provocou no povo basco e, finalmente, a morte sob tortura do militante Arregui da ETA, com a conseqüente mobilização basca e a inevitável necessidade de que o governo tomasse medidas contra os chefes policiais diretamente responsáveis pelo assassinato.

É provável que o conflito gerado pelas sanções e a investigação aberta sobre o caso Arregui, que veio à tona com a renúncia massiva de altos chefes policiais, tenha sido o fato que apressou a realização do intento golpista, preparado há muito tempo — com a participação de vários dos mais altos chefes militares — e que, contudo, mostrou uma improvisação pueril, não apenas política, mas também militar.

Poucos dias antes, a reação massiva de oposição ao ato da ETA (de matar o engenheiro ao não ver atendida sua exigência de fechar usinas nucleares) tinha aberto a possibilidade política de isolar a esta organização e, nos marcos de desmobilização e confusão gerais do movimento operário, acentuar a virada à direita e tentar com grandes possibilidades de êxito a ilegalização do conjunto da esquerda extra-parlamentar no país basco, junto a uma ofensiva aniquiladora contra ETA e seus pontos de apoio.

A demissão de Suárez e a segura ascensão de Calvo Sotelo expressavam esta dinâmica a nível governamental (realçando, diga-se de passagem, um paradoxo doloroso: Suárez saiu por pressão da direita. Assim, o político franquista que conseguiu evitar que a transição pusesse em perigo a estabilidade capitalista foi

afastado pela direita e não pela resistência operária encabeçada por seus partidos de massa).

Mas a mobilização em torno do caso Arregui neutralizou os efeitos da mobilização contra ETA (e objetivamente contra a luta nacional do povo basco) e mostrou que a situação ainda estava distante do ponto em que fosse possível lançar a ofensiva da direita sem provocar uma resposta de massas.

O fato de que o golpe tenha se iniciado com a irrupção da guarda nacional no Parlamento no momento em que Calvo Sotelo ia ser eleito por maioria simples — depois de ter perdido a primeira votação que exigia a maioria absoluta — parece indicar a hipótese de que a cúpula do poder estava dividida em torno da fórmula de drástica direitaização com manutenção do atual sistema, por um lado, e a instauração de uma junta militar com apoio do Rei, por outro.

PC e PS: A Democracia nas mãos do Rei

Embora seja muito difícil afirmar qual será o curso imediato dos acontecimentos na Espanha, os fatos de 23 de fevereiro permitem extrair várias conclusões claras: em primeiro lugar, que o processo de democratização neste país é extremamente débil e instável, durante cinco horas, — isto é, até que se formou um governo provisório e o Rei falou pela televisão em defesa da democracia — a situação balançou e, embora pareça aberrante, foi a definição de Juan Carlos o que impediu que os conjurados se pronunciassem publicamente e que o golpe se consumisse.

Em segundo lugar, fica comprovado

que a política do PC e do PS, longe de garantir com seu "realismo" a manutenção da democracia, é a principal responsável por que o processo iniciado com a morte de Franco tenha chegado a esta situação desesperada em que as alternativas são entre a "direita civilizada" e a "direita extremista". Depois de terem entregado uma a uma as conquistas operárias, as direções indignas e covardes destes partidos terminaram por colocar a defesa da democracia nas mãos do Rei.

Em terceiro lugar — mas em primeiro lugar na ordem de importância — é evidente que na decisão final do Rei foi determinante o fato de que a nível das massas, e apesar da profunda desmoralização existente, o golpe não seria aceito passivamente e que a aventura poderia terminar em uma mudança drástica da dinâmica do movimento operário, arrastando e rompendo com os partidos reformistas, já em crise, e abrindo uma nova situação na luta de classes, com grandes riscos para o capital.

Reflexo disto foi o comunicado conjunto da UGT e das Comisiones Obreras (centrais sindicais dirigidas respectivamente pelo PS e pelo PC) que, embora tenha demorado quatro horas para aparecer, e embora ainda, em primeiro lugar, conclamasse os trabalhadores a manter a calma e a ordem, expressava o fato de que a classe operária se mobilizaria unida para enfrentar o golpe.

A decisão do Rei, simples marionete, respondeu obviamente à avaliação final do Estado Maior militar; o que equivale a dizer que os comandos estavam divididos e indecisos diante da grave crise conjuntural. Um milhão e meio de manifestantes em Madrid e outros tantos no resto da Espanha contra o golpe mostraram, uma semana depois — apesar das palavras de ordem minimistas, de apoio ao Rei, que as direções impuseram que as vacilações militares têm fundamento.

O quadro seria incompleto se não mencionássemos que, ao lado da medrosa imobilidade das direções reformistas, o papel de organizações sem audiência de massas, porém com um bem merecido respeito na vanguarda dos trabalhadores, nos milhares de quadros honestos dos partidos operários reformistas. Nós nos referimos ao Movimento Comunista e à Liga Comunista Revolucionária, que se mobilizaram de imediato em todo o país e em Madrid encabeçaram uma manifestação de mais de duas mil pessoas que, poucas horas depois de conhecida a ação de Tejero, se concentrou diante do Parlamento.

É importante ressaltar isto porque, dentro da instabilidade existente, é possível esperar que no imediato não se dê um golpe "à turca", como se pensou, mas que, agora com o apoio objetivo que a oposição lhe oferece, Calvo Sotelo leve a cabo uma drástica redução das liberdades democráticas, que se manifestará sobretudo na ilegalização das organizações revolucionárias capazes de ir construindo uma alternativa à política do PC e do PS.

A crise econômica, o desemprego, a inflação, somada ao problema das nacionalidades e à cada dia mais evidente crise dos partidos reformistas, assegura que, qualquer que seja a evolução imediata, a instabilidade será o traço fundamental da situação espanhola. O movimento operário, apesar de seu profundo refluxo, não perdeu ainda nenhuma batalha decisiva e os últimos acontecimentos podem redundar em uma mudança de curso que permita recuperar o terreno perdido e colocar metas novas e ambiciosas.

Europa capitalista

Uma crise da estratégia reformista

Na Espanha, é certo, a crise é mais profunda e tem complicadores particulares: por um lado, a grande importância da questão nacional, sobretudo basca e catalã, que o regime é incapaz de resolver, apesar do apoio que lhe dão nisso os partidos operários reformistas (PC e PS) e os partidos nacionalistas moderados. Por outro lado, a manutenção do aparelho de estado franquista como uma chantagem permanente sobre a sociedade.

Mas além destas diferenças importantes, a crise espanhola se inscreve dentro de uma crise profunda, econômica, social e política, da Europa capitalista.

Desde 1976/77, em seguida à recessão generalizada de 1974/75, a direita europeia tem estado na ofensiva. Ela conseguiu uma série de vitórias políticas, entre as quais se destacam: depois do esgotamento do ascenso revolucionário em Portugal, as vitórias eleitorais da coalizão da direita, a "Aliança Democrática"; a instauração na Espanha de uma monarquia parlamentar com a manutenção do aparelho repressivo do franquismo; a manutenção no poder na Itália da Democracia Cristã, inclusive com um certo progresso eleitoral, apesar da aguda crise do regime; a derrota da União da Esquerda na França; a vitória eleitoral dos conservadores na Grã-Bretanha.

Estes ganhos políticos foram facilitados no geral pela própria recessão, com o aumento do desemprego, mas sobretudo pela política levada a cabo pelos grandes partidos operários (social-democratas e comunistas) que foi em todos os casos de não lutar contra a ofensiva da burguesia, às vezes firmando explicitamente acordos desmobilizadores (como na Espanha e na Itália). Diante disso, o movimento operário está no geral na defensiva.

Mas grande parte dos objetivos da direita não foram atingidos. A política de fazer a classe operária pagar os custos da crise capitalista obteve resultados modestos. O poder de compra dos trabalhadores, apesar da inflação e da luta dos regimes capitalistas para limitar os reajustes salariais, sofreu uma queda muito reduzida. Mesmo na imposição de um maior desemprego, necessária para os capitalistas para uma maior reestruturação da economia, os resultados não foram os esperados (para o capital). Agora, depois do início de uma nova recessão em 1980, a ofensiva do arrocho vem sendo intensificada.

A razão da resistência operária diante desta ofensiva não está de maneira nenhuma na política dos grandes partidos operários: estes estimulam a passividade, firmam "pactos sociais", fogem da luta. O mesmo fazem as grandes centrais sindicais dirigidas por estes partidos. A razão é bem outra: o alto grau de organização da classe operária, sua combatividade de base e experiência de luta adquirida, a capacidade de setores-chave do proletariado de resistir à agressividade dos governos do Capital. É esta força acumulada da classe operária que permite algumas vitórias, ou limita o alcance das derrotas.

Vitória das minas britânicas

Um exemplo expressivo de vitória contra a política de arrocho acaba de ocorrer na Grã-Bretanha. O governo de Margareth Thatcher pretendia realizar uma reestruturação das minas de carvão que incluiria o fechamento de cerca de cinquenta minas, a demissão de cerca de 30 mil pessoas.

Em 17 de fevereiro, 26 mil mineiros do

O que acontece na Espanha, com elementos que vão da grande agressividade da direita a uma desmoralização espantosa dos grandes partidos operários reformistas, não é inteiramente excepcional na Europa.

Por João Machado

sul do País de Gales começaram uma greve. Em 23, era a vez dos mineiros escoceses. Uns e outros se puseram em movimento antes de receberem qualquer orientação de luta do seu sindicato nacional: com sua iniciativa, lançaram a ameaça de uma greve geral, com a provável extensão a outros setores solidários. Diante disso, Margareth Thatcher recuou. Afinal, já sabia que os mineiros britânicos não são de brincadeira: foi sua greve geral em 1974 que levou à queda do primeiro-ministro conservador de então, Edward Heath. Abandonou seu projeto de fechamento de minas e anunciou outras medidas reivindicadas pelos grevistas.

Diante disso, os mineiros suspenderam a convocação da greve geral. Mas anunciaram que continuam mobilizados, e que voltarão à greve se não conseguirem todas as reivindicações.

O reformismo questionado

Há uma crise profunda nos partidos reformistas europeus. Eles vivem uma contradição clara: como levar adiante suas políticas de conciliação, diante da dureza da ofensiva de arrocho dos patrões e da combatividade da classe operária, com a existência de um estrato de trabalhadores avançados, ativistas sindicais conscientes de que é possível e necessário dar o troco aos patrões?

Diante dos ataques da burguesia, fica mais clara a falta de perspectivas concretas do reformismo: mesmo as conquistas mais importantes dos trabalhadores (emprego, salários, assistência social) não estão garantidas. Uma resposta operária eficaz à crise implica em reivindicações e soluções que colocam de fato em causa as leis do mercado capitalista e o poder do Estado burguês.

A ligação que se estabelece entre as reivindicações imediatas e os problemas poli-

ticos de conjunto é mais estreita. Os trabalhadores avançados, os ativistas sindicais, os militantes políticos são levados a refletir sobre as questões de orientação política geral. Diante dos partidos com uma direção reformista que tenta desmobilizar e enganar as bases, o resultado disso é tanto a desmoralização, a perda enorme de militantes, como o desenvolvimento de tendências críticas de esquerda.

Na Espanha é onde a desmoralização foi mais longe. Afinal, a passagem aí das grandes esperanças às cruéis desilusões foi muito rápida. O exemplo mais gritante disso é a crise do PCE. Desde 1977, perdeu pelo menos a metade dos seus militantes. Seu diário, Mundo Obrero, voltou a ser apenas um semanário. A influência da central sindical dirigida por eles, as Comisiones Obreras, tem-se desgastado. E pior ainda do ponto de vista da direção deste partido: ela foi fragorosamente derrotada no Congresso da seção catalã, no início de janeiro.

A seção catalã do PCE representa um terço dos seus efetivos. Dentro da particularidade nacional da Espanha, ela se organiza como um partido (inclusive com um nome diferente: PSUC, Partido Socialista de Unidade Catalã) e tem certa autonomia. No seu congresso, venceram as correntes que se opuseram ao eurocomunismo.

Os militantes da base empurram para a esquerda

Refletindo a combatividade de setores da base, foram questionadas posições essenciais do PCE: criticado o pacto social e a colaboração com o partido de governo, "cujos resultados foram superestimados e beneficiam a direita"; foi questionada a aprovação da Constituição monarquista e defendido "o direito à autodeterminação da Catalunha na perspectiva de

uma república federal". No plano internacional, foi defendida uma maior integração no "bloco socialista", o que sem dúvida expressa a confusão de se acreditar que a antiga orientação stalinista era mais combativa.

Traços de uma crise semelhante à do PCE, embora menos profunda, aparecem no maior partido comunista da Europa capitalista, o PC Italiano. Episódios como o da greve da FIAT o obrigaram a repensar e depois formalmente abandonar a linha do "compromisso histórico". As pressões da base em favor de uma linha mais combativa têm feito que a orientação do partido varie entre uma maior ou menor colaboração com o governo, sem chegar a definir uma linha clara.

Mas o resultado mais interessante de uma crise de um partido reformista na Europa é a situação do Partido Trabalhista britânico. Tem sido fortalecida uma corrente de esquerda neste partido, que se apoia na mobilização da base, e que já conseguiu vitórias importantes: em particular a retirada dos parlamentares do monopólio da indicação do líder do partido (e conseqüentemente, do candidato a primeiro-ministro), e uma maior participação dos militantes do partido na definição da sua política. Como resultado disso, a ala mais abertamente direitista do Partido Trabalhista retirou-se, com a intensão de fundar outro partido.

Em resumo: o que ocorre na Europa (e não apenas na Espanha) é uma crise profunda do reformismo (social-democrata ou stalinista) diante de uma forte ofensiva patronal e da manutenção de uma combatividade importante dos ativistas de base sindicais sobretudo, mas também políticos. Até agora, a direita está incontestavelmente no ataque, e a política dos reformistas tem levado a desmoralização e a derrotas. A Espanha é o exemplo maior disso. Mas tudo não se reduz ao avanço da direita: a maior polarização significa também maiores possibilidades de desenvolvimento de uma alternativa de esquerda, que contaria com a base dos militantes sindicais e políticos que mantiveram a disposição de luta. Naturalmente, este processo é muito incipiente ainda.



Inglaterra: a classe operária busca uma alternativa fortalecendo a ala esquerda do velho Partido Trabalhista

El Salvador Duas táticas na luta contra a revolução popular

A social-democracia se adianta para tentar em El Salvador o que não conseguiu na Nicarágua: fazer um acordo que evite a Revolução. Já Reagan pensa diferente, mas encontra dificuldades para fazer passar sua política.

Por Roberto Grun



As diversas tentativas de se influir no futuro de El Salvador, por parte dos americanos e dos europeus deixam claro as diferenças de método entre a recém-empossada equipe republicana na presidência e os países da Comunidade Econômica Européia (CEE). Embora só a social-democracia tenha esboçado um programa concreto de ação, a recusa dos demais países procurados pelos emissários de Reagan em coonestar com a intervenção aberta pró-ditadura deixou claro que a CEE procura uma solução negociada para o conflito. Estamos assim diante de duas estratégias bastante distintas para se lidar com a insurreição popular, e que revelam, cada uma delas, uma visão distinta do que seja o conflito salvadorenho.

O plano anunciado por Willy Brandt, em nome da II Internacional, é bastante claro no sentido de promover uma negociação que "deixe de lado os extremistas" tanto de direita quanto de esquerda. Tratar-se-ia aí de isolar a direita fascista e os guerrilheiros da Frente Farrabundo Martí, entrando na negociação somente os setores considerados civilizados e propensos ao diálogo. Essa visão, que Brandt tenta fazer passar, é claramente superficial — a extrema direita está solidamente enquistada nos aparatos do Estado e conta com o apoio irrestrito da oligarquia dominante, a direita civilizada não conta com nenhuma margem de manobra independente e assim, tudo o que falar numa mesa de negociação será com o aval dos gorilas. Mas coisa diversa ocorre com a oposição: ali formou-se uma vasta rede de alianças de setores anti-ditatoriais, gerando uma dinâmica insuspeita de oposição política e militar que, dada a estrutura de poder extremamente rígida da ditadura reinante sobre o travesti de junta, só pode ascender ao governo através da luta militar. Se se divide esta frente, quebra-se também a dinâmica.

É claro que uma proposta vinda da social-democracia tem bastante charme,

podendo envolver os setores burgueses e mais atrasados da Frente, em troca de promessas. Afinal, todo mundo em El Salvador está acompanhando a evolução da Nicarágua, onde os setores burgueses anti-somozistas estão sendo afastados do poder gradativamente. Mas também é claro que nenhum poder externo pode garantir a população do país contra o exército e os paramilitares. Em suma, uma solução negociada para uma crise que já polarizou completamente a sociedade, significa apenas uma pequena trégua que só será útil para a direita, na medida em que poderá desfazer as alianças que formaram o poder da esquerda.

Assim, a proposta é bastante perigosa, principalmente porque pode atrair os setores capitalistas e atrasados da oposição, embora essa atração deva ser relativizada pelo banho de sangue que a ditadura derramou sobre o país, o que deixa bastante claro para todo o mundo quem é e o que são capazes de fazer os detentores do poder real. Por outro lado, o simples fato de se propor uma solução negociada mostra que os europeus não estão levando a sério as conjecturas americanas de "conspiração comunista internacional", e que o conflito tem raízes internas bem claras.

Já Reagan não discute, desce o braço

O plano americano, embora procure a mesma finalidade, é bastante diferente. Tem como premissa a idéia de que El Salvador deve ser um ponto de partida para uma nova estratégia de luta contra o "movimento comunista internacional". Assim como a Coreia do Sul, na década de 50 foi escolhida como o ponto em que a expansão comunista devia ser contida, El Salvador aparece agora como o lugar em que os EUA deverão "dar uma lição" nos comunistas. É claro que essa visão dá de barato que a Nicarágua se transformou num país "comunista", o que sabemos ser uma evolução possível, mas nem de longe um fato consumado. E também ressuscita a teoria do dominó, da qual não se falava desde o Vietnã.

Sabemos que as ditaduras de Honduras e da Guatemala contam com forte oposição interna, inclusive com uma guerrilha bem implantada em ambos os países, mas tentar dizer que essa situação de polarização interna dos países da América Central é dirigida a partir de Cuba ou da URSS, é ignorar completamente o que se passa nesses países. E mais do que isso, é fazer preparação ideológica para uma intervenção em larga escala. Curiosamente, ao procurar na Nicarágua a fonte logística dos guerrilheiros, e hostilizar a Frente Sandinista, os americanos só conseguem reforçar internamente os setores mais conseqüentes das sandinistas, e isolar definitivamente a burguesia anti-somozista.

Segundo o que está sendo ventilado na imprensa americana, a estratégia que os assessores de Reagan estão querendo



fazer passar passa fundamentalmente por uma ajuda militar — em quantidade suficiente e em tempo hábil — inclusive com o envio de assessores militares que "ensinam os soldados salvadorenhos a utilizar essas armas", bem como a mobilização dos serviços secretos americanos na tentativa de isolamento dos guerrilheiros com o mundo externo. Por outro lado, os homens de Reagan pretendem fazer voar para El Salvador um mar de dólares, que conquiste o apoio da classe média e dos camponeses do país, algo como uma ajuda de 1 bilhão de dólares em dois anos, para "converter o país em um jardim" para os camponeses e pequenos comerciantes, o que segundo os assessores de Reagan "converteria os membros da junta de governo de El Salvador em heróis". O que parece que ainda não está bem definido é quem governará realmente o país: ao que parece, a oligarquia salvadorenha, com apoio de parte do aparato de Reagan e de sua vasta rede de milícias fascistoídes quer fechar totalmente o caminho para os reformistas de fachada da democracia cristã. Evidentemente, esta seria uma solução que passaria por um banho de sangue muito maior do que os já praticados, e que arrisca deixar Reagan isolado mesmo internamente. Já que estamos assistindo a um renascer da preocupação anti-intervencionista por parte do Congresso dos EUA e até da Igreja Católica. No momento, Reagan recuou.

Assim, um governo reformista de fachada parece mais viável. Quanto à viabilidade dessa política, é claro que um apoio militar r. ...ção pode fazer pender, provisoriamente, a balança para a direita, mas quanto às possibilidades de se comprar a estabilidade interna de El Salvador, até Reagan sabe que esse dinheiro sequer chegaria às mãos da população do país, ficando mesmo entre a vasta rede de atravessadores.

Um desdobramento que não é de todo impensável seria um conflito entre as estratégias americana e européia.

AMÉRICA LATINA

Militares Mexicanos

É bastante sintomático que os militares mexicanos, tradicionalmente discretos, marquem presença no cenário político do país, justamente num momento em que o Presidente Lopez Portillo reafirma a sua independência em relação aos EUA, e isso no vizinho El Salvador. Diferentemente do que pensam as elites políticas tradicionais, os militares, ao que parece instigados pelos norte-americanos, temem a expansão do comunismo nos países vizinhos, extraíndo daí uma necessidade de rearmamento dos seus arsenais. Outro ponto que está sendo considerado é a defesa das novas jazidas petrolíferas marítimas, para que a marinha mexicana pretenda gastar dois bilhões de dólares só em navios.

Por outro lado, fala-se insistentemente que o próximo candidato do Partido Revolucionário Institucional para a Presidência da República, o que significa na prática já o novo Presidente, será o atual Ministro das Defesa, o General Felix Galvan. Isso, aliado a uma escalada militarista que pretende ampliar os quadros de carreira do exército, pode significar um sério perigo para um dos poucos regimes civis da América Latina. (R.G.)

Pinochet muda de casa

O sangüinário ditador chileno está de mudança. depois de reformar o Palácio de La Moneda, onde Salvador Allende resistiu ao golpe fascista e que ficou parcialmente destruído nessa tentativa, ele pretende transferir a sede do governo para lá. A mudança faz parte de uma operação mais vasta de alteração de imagem que os militares chilenos vem realizando. Depois de aprovada a Constituição Autoritária no ano passado, Pinochet agora quer fazer-se passar por Presidente Constitucional do país, escolhido que foi pela junta militar, para governar por mais oito anos. Mas, a essência continua a mesma, nas palavras do próprio general: "não haverá abertura nenhuma, pois os inimigos da pátria poderão aproveitar-se dela". (R.G.)

PC do B/ Dissidentes

Conferência Nacional (Extraordinária) do PC do B reafirma convocação do Congresso. Aqui, o comunicado à imprensa divulgado após a conferência.

A Conferência Nacional (Extraordinária) do PC do Brasil, convocada pela Reunião de Consultas de setembro de 1980, após discutir a crise hoje vivida pelo Partido, adotou as seguintes resoluções:

1. Ratificar a convocação do VI Congresso (Extraordinária) do PC do Brasil, decisão tomada pela Reunião Nacional de Consultas, bem como os termos da Convocatória que a apresenta e fundamenta.

2. Reafirmar os princípios gerais da concepção leninista de congresso, já expostos na Convocatória: "O congresso representa o próprio partido como um todo em reunião"; "É também o verdadeiro órgão dirigente supremo do partido"; É igualmente o instrumento adequado e normal para a elaboração da linha do partido"; "É ainda o 'fórum' apropriado para canalizar a luta de idéias em curso no partido em direção a objetivos superiores"; "É finalmente uma prática normal e regular na vida de um partido de tipo leninista".

3. Destacar, igualmente, nos termos da convocatória, que "a existência de sérias discordâncias de princípios em nossas fileiras não justifica que se faça congresso de apenas uma parte do atual coletivo partidário, mas, pelo contrário, reforça a necessidade do congresso unificado de todo o partido, conforme Lênin indicava em situações semelhantes".

4. Ressaltar que o desenvolvimento das tarefas relativas ao Congresso deve combinar-se com a intervenção na luta de classes em curso de modo a impulsioná-la e contribuir para a unidade de ação do Partido.

5. Assumir, sem perder de vista as limitações que lhe impõe a situação de crise que o Partido atravessa, a responsabilidade da direção dos preparativos do Congresso por considerar que, pelas razões já expostas na Convocatória, o atual CC encontra-se desqualificado para exercer suas funções estatutárias.

6. Chamar a atenção para o fato de que a maioria artificial do CC, ao persistir na sua política de tentar impor, através de métodos antileninistas, suas próprias posições, vem dificultando a realização de um congresso integralmente de todo o Partido. Esta dificuldade pode ser removida caso a maioria artificial do CC faça auto-crítica de todos os procedimentos irregulares que vem praticando, revogue as destituições de membros do CC, as dissoluções de Comitês Regionais e as cooptações, bem como se integre no processo de um congresso com amplo debate e sem exclusões. Com estas medidas, uma possibilidade de concretização é vista com ceticismo, ficaria restabelecida a qualificação do CC para assumir as responsabilidades que lhe cabem no processo do Congresso em curso.

7. Propor à Plenária Nacional do Congresso, com base no artigo 9º dos Estatutos do Partido, o seguinte temário de discussão:

1º - Balanço da trajetória do movimento comunista no Brasil e do PC do Brasil, bem como sua relação com o movimento comunista internacional.

2º - Programa máximo do Partido.

3º - Programa mínimo e tática do Partido.

4º - Políticas específicas do Partido.

5º - Concepção de partido e exame dos Estatutos.

6º - Política de organização e composição dos órgãos dirigentes do Partido.

1.000
novos assinantes
até março

Por um
EM TEMPO:
cada vez melhor

Campanha
financeira

EM TEMPO:



**UM JORNAL AO LADO
DOS TRABALHADORES**

faça sua assinatura

São Paulo, Rua Francisco Leitão, 57 Fone: 852-8880
Cartaz da campanha pelos 1.000 novos assinantes.

À Editora Aparte S.A.
Rua Francisco Leitão, 57 - Pinheiros - SP.
CEP: 05414 - Fone: 852-8880

Estou enviando o cheque por uma assinatura anual
Comum: Cr\$ 800,00 () Apoio: Cr\$ 2.000,00 () Exterior: US\$ 50,00 ()

Nome:
Endereço: Bairro:
Cidade: Estado: CEP:

8. Determinar a elaboração de anteprojetos de Teses sobre os temas do Congresso, os quais, uma vez apreciados em Conferência Nacional expressamente convocada para este fim, serão encaminhados a todo o Partido para serem discutidos e posteriormente submetidos à Plenária Nacional do Congresso.

9. Tomar as medidas organizativas necessárias à realização do Congresso, entre as quais se destacam a elaboração de suas normas e a criação da Tribuna de Debates, de modo a garantir a ampla participação de todos os organismos e militantes.

10. Convidar oficialmente os camaradas do CC ausentes desta Conferência a enviarem, no mais breve prazo possível, suas teses para publicação na Tribuna de Debates.

11. Recomendar aos CRs a divulgação e discussão ampla e organizada da Convocatória e deste Comunicado, utilizando para isto todos os meios possíveis.

12. Finalmente, convocar todos os militantes e quadros do Partido a se empenharem com energia na luta pelo sucesso da VI Conferência (Extraordinária) do PC do Brasil.

Fevereiro de 1981.

A Conferência Nacional (Extraordinária) do Partido Comunista do Brasil

Bambaia ou Boca de Leão

Estréia dia 20 de março
Das quartas aos domingos às 21 horas
Teatro do SESC - Tijuca - Rio de Janeiro
Uma peça de Odir Ramos da Costa

*Dê uma força:
passe na sede ou
sucursais e pegue
alguns cartazes
para pregar por aí,
difundindo nossa
campanha.*

*Faça uma
assinatura e
ganhe de
brinde um
cartaz do 'Che'*



Receba o cartaz nas
sucursais do EM TEMPO.
Caso não haja sucursal na
sua cidade aguarde-o pelo
correio.

LEIA Nº 71 dos CADERNOS DO CEAS

- Saúde
- Segurança Nacional
- Política Fundiária
- Multacionais e Operários
- Ideologia e Delinquência
- Cabranagem

Centro de Estudos e Ação Social

Rua Aristides Novis, 101 - Federação - 40.000 - Salvador - Bahia

Assinatura 1981 (6 números): normal - Cr\$ 750 — estudante - Cr\$ 600

Número Avulso: Cr\$ 150 - nas melhores livrarias

EM TEMPO:

Conselho Editorial e Administrativo:

Raul Pont, (presidente), Aloisio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tibúrcio Marisa Araujo, Flávio Andrade, F. Pereira, Sandra Starling, Luci Ayala, José Luiz Nadai, Marcelo Beraba, Paulo Cavalcanti, Robinson Aires, Sérgio Alli, Tom Duarte,

Suplente: Valmir Menezes.

Diretoria: Flávio Andrade, (presidente), Carlos Tibúrcio, José Luiz Nadai, Robinson Aires.

Editor Chefe: Flávio Andrade.

Dir. Responsável: Robinson Ayres.

Arte: Sergio Papi e Paulo Roberto Borges.

Sucursais:

Belo Horizonte: Av. Cristóvão Colombo, 550
Tel.: 224-0127. Porto Alegre: Av. Osvaldo
Aranha, 1407 - loja 20. Rio de Janeiro: Caixa
Postal 4680. Salvador: Av. Joana Angélica, 8
sala 44. Fortaleza: R. Pedro I, 1490 - Tel.:
226-8004.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S.A.

R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros - São Paulo
CEP 05414 - Tel.: 852-8880

IMPRESSÃO: Editora J. J. J.
R. Gastão da Cunha, 49 - Tel. 300-5000-SP

Os foliões das mamatas com o dinheiro público

Não, não se trata do carnaval que o povo pulou apesar da carestia e do desemprego. Estamos falando de uma festa onde só entra "tubarão", os grandes banqueiros e os grandes industriais.

O dono da festa é o governo que libera a taxa de juros dos

ORGIA

Por Juarez Guimarães

bancos, os preços dos produtos industriais, incentiva o aumento dos aluguéis e promove mil mamatas para favorecer o lucro empresarial com o dinheiro público.



A poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) põe a boca no mundo, reclamando mais favores do governo. A Confederação Nacional das Indústrias bate o pé, insatisfeita. No entanto, os empresários choram de barriga cheia. Pois não há país no mundo que tenha um governo como o brasileiro, tão empenhado em criar mil e um artifícios para garantir e estimular o lucro capitalista.

Em 1980, por exemplo, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico beneficiou, como empréstimos de correção monetária limitada em 20% (93% abaixo do índice inflacionário assinalado pelo governo para o ano passado), a 22 empresários, equivalendo a um repasse do dinheiro público para o setor privado no valor de 40 bilhões de cruzeiros! Para 1981, o montante do dinheiro público que será transferido para os bolsos de um seleto grupo de grandes empresários através de empréstimos com juros rebaixados é da ordem de 100 bilhões de cruzeiros.

Cr\$ 1 trilhão de favores "subsidiados"

Aliás, para este ano o governo brasileiro estará trabalhando com uma massa de 1 trilhão de cruzeiros de subsídio, garantindo uma margem de lucro atrativa o suficiente para o investimento empresarial nas áreas que considera prioritárias. Destes, cerca de 250 bilhões serão entregues ao setor industrial-exportador.

Cerca de 500 bilhões de subsídios serão destinados à agricultura, na sua maior parte via Banco do Brasil. Quem são os eleitos: os pequenos produtores ou os grandes capitalistas agrários? Uma informação ajuda a esclarecer a questão: já em 1976, apenas 9,6% dos empréstimos do Banco do Brasil se situaram até o valor de 50 salários-mínimos, isto é, são dirigidos a empreendimentos de pequenos e médios produtores; 48,6% dos empréstimos se situa na faixa dos 500 salários-mínimos

que abarcam grandes investimentos capitaneados por grandes capitalistas. Em outras palavras, o governo subsidia a agricultura de exportações e energética e secundariza a produção das culturas alimentícias para consumo interno, onde o peso do pequeno produtor é maior. A atração dos investimentos para o Pró-álcool, por exemplo, vem sendo feita com financiamento de juros de 25% ao ano para as instalações industriais e de 38% ao ano para os implementos agrícolas.

O lucro dos bancos em 80: 14 milhões de salários mínimos

Mas não termina aí a mamata empresarial. Para 1981, está previsto um total de 60 bilhões de incentivos fiscais do Imposto de Renda às pessoas físicas e jurídicas. Neste ano, deixarão de ir para a União cerca de 200 bilhões resultantes da isenção de tarifas para as importações praticadas por empresários, inclusive multinacionais. E quem acaba sendo penalizado com tudo isso senão os ministérios de Saúde, Educação, Previdência Social, que tiveram os seus orçamentos reduzidos nos últimos anos?

Certamente todas as falcaturas que vieram à luz com as recentes e numerosas intervenções do Banco Central — Caso Tieppo, Laureano etc, etc. — representam praticamente nada diante da rapinagem oficial e legal praticada pelos grandes agentes do sistema financeiro e pelo próprio governo.

Basta ver o lucro declarado dos bancos para 1980: Cr\$ 77,8 bilhões de cruzeiros, o que equivale a cerca de 14 milhões de salários mínimos atuais. E mais, 82% desta agiotagem legalizada ficaram concentrados nas mãos dos cinco maiores bancos do país.

Em primeiro lugar, porque o sistema financeiro no Brasil é estruturalmente deformado em favor da captação privada,

através de juros, do sistema bancário. Em outras palavras: quase 90% da poupança financeira é repassada ao sistema produtivo através do sistema de empréstimos bancários (envolvendo, pois, a aplicação de juros) e uma percentagem mínima através de ações que implicam na possibilidade de um maior número de acionistas partilharem de alguma forma os benefícios do crescimento econômico.

Em segundo lugar, porque a taxa de juros real (deflacionada) praticada no Brasil ultrapassa os 20% enquanto que, por exemplo, nos EUA que é considerado o paraíso do capitalismo, a taxa de juros real gira em torno a 4,5%. Atualmente por exemplo, os bancos comerciais estão pagando juros de 100% e emprestando até a 150% ao ano enquanto que os bancos de investimento trabalham com uma taxa de juros de 12% ao mês. Para se ter uma idéia dos lucros astronômicos do sistema financeiro, mesmo nestes períodos de crise, basta dar o exemplo do Banco do Brasil que teve um lucro líquido em 1980 de cerca de 493 bilhões!

Isso, a ladroagem legalizada, sem falar nas financeiras que trabalham com uma taxa de juros de até 350% ao ano. Pois há sempre os favores beneficiando a particulares, explorando as possibilidades abertas pelas resoluções que visam facilitar o investimento. Já se noticiou, por exemplo, que em 1980 o Banco Central praticamente entregou de bandeja 300 bilhões de cruzeiros a empresários que recorreram a empréstimos externos, com fins especulativos, explorando as possibilidades da resolução 432 do Banco Central que cobre os prejuízos decorrentes da desvalorização do cruzeiro para os que tomam empréstimos no exterior. Como se sabia que o cruzeiro iria desvalorizar, ao longo deste ano, os empresários tomaram

empréstimos no exterior para receber os favores da resolução 432.

Toda esta situação, é sem dúvida, o máximo do banditismo sobre o qual não pesa nenhuma espécie de sanção legal. Pois estes juros altíssimos fazem subir o custo da produção, que é repassada para os preços dos produtos diminuindo o poder aquisitivo do trabalhador e acaba acumulando os lucros nas mãos de um bando de parasitas e ladrões de "colarinho branco".

Mas há mais. Há ainda a especulação imobiliária que sobe o preço da casa própria e dos aluguéis, além da corrida especulativa no campo que gera, ao mesmo tempo, a multiplicação de enormes propriedades sem nenhuma finalidade produtiva e a intensificação da migração para os grandes centros urbanos de todos que não têm terra para trabalhar. Por força da especulação, o preço da terra cresceu entre 1972 e 1980 de 250 a 350% (taxas deflacionadas, isto é, em valores reais) nos Estados de economia rural mais avançada.

Cr\$ 500 bilhões chupados pelas multinacionais

Caberia, finalmente, falar dos lucros expatriados pelas multinacionais que não retornam ao investimento no país ou mesmo do pagamento de juros e amortizações pelos empréstimos já tomados no exterior que funcionam como um forte fator de descapitalização da economia brasileira. Cerca de 30% da dívida externa brasileira, equivalente a 14 bilhões de dólares, é devida à prática das filiais de multinacionais que, entre outras manobras, tomam empréstimos na matriz com juros super-dimensionados. Tanto assim que apenas para este ano está previsto que o país seja extorquido de 7 bilhões de dólares — cerca de 500 bilhões de cruzeiros — apenas para pagar aos grandes bancos internacionais os juros dos empréstimos tomados no exterior.